

Sistema de Indicadores de
Desenvolvimento Sustentável



SIDS Portugal

Indicadores-chave
2010

SIDS Portugal

Indicadores-chave 2010

FICHA TÉCNICA

Título: SIDS Portugal
Indicadores-chave 2010

Edição: Agência Portuguesa do Ambiente

Autoria: Regina Vvilão
Catarina Venâncio
Patrícia Liberal
Ricardo Venâncio

Design gráfico e paginação: Modocromia – Design e Produção Gráfica, Lda.

Impressão: GIMA – Gestão de Imagem Empresarial, Lda.

Depósito Legal: 322810/11

ISBN: 978-972-8577-55-1

Tiragem: 1 000 exemplares

Data de edição: Junho 2010

ÍNDICE

Introdução.....	5
Consumo de água	6
Consumo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis	8
Consumo de Materiais pela Economia - CME	10
Despesa em Investigação e Desenvolvimento - I&D	12
Eficiência do sistema judicial	14
Emissão de Gases com Efeito de Estufa – GEE	16
Envelhecimento da população	18
Esperança de vida à nascença	20
Estado das águas de superfície	22
Evolução da população	24
Gestão ambiental e responsabilidade social	26
Gestão de resíduos	28
Índice de aves comuns	30
Intensidade energética e carbónica da economia	32
Intensidade turística	34
Nível de educação atingido pela população jovem	36
Ocupação e uso do solo	38
População abaixo do limiar de pobreza	40
População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	42
Produção agrícola certificada	44
Produção de resíduos	46
Produção e consumo de energia primária	48
Produtividade do trabalho	50
Produto Interno Bruto – PIB	52
Qualidade do ar	54
Stocks pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança	56
Taxa de desemprego	58
Taxa de emprego	60
Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC	62
Volume de transportes de passageiros e de mercadorias	64

INTRODUÇÃO

Os 30 indicadores-chave do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS Portugal) são, pelo segundo ano consecutivo, actualizados na forma de um livro de bolso que pretende cumprir o objectivo geral de medir o progresso do País em matéria de sustentabilidade, em todas as suas vertentes.

Esta publicação anual procura ir ao encontro da expectativa de informação acessível a um público cada vez mais alargado, facilitando a comunicação com os decisores de topo e com o público em geral.

Ainda com o mesmo intuito de tornar mais eficientes os processos de sistematização de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável está a ser preparado um Portal, brevemente disponível, onde serão apresentados indicadores de desenvolvimento sustentável de uma forma dinâmica, bem como informação com eles relacionada.

De referir que os dados agora analisados constituem a informação mais recente à data de elaboração da presente publicação.

O SIDS Portugal: Indicadores-chave 2010 está disponível para *download*, em formato digital, na página da Agência Portuguesa do Ambiente na *Internet* (<http://www.apambiente.pt/>).

Consumo de água

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

ÁGUA

Objectivos da ENDS 2015

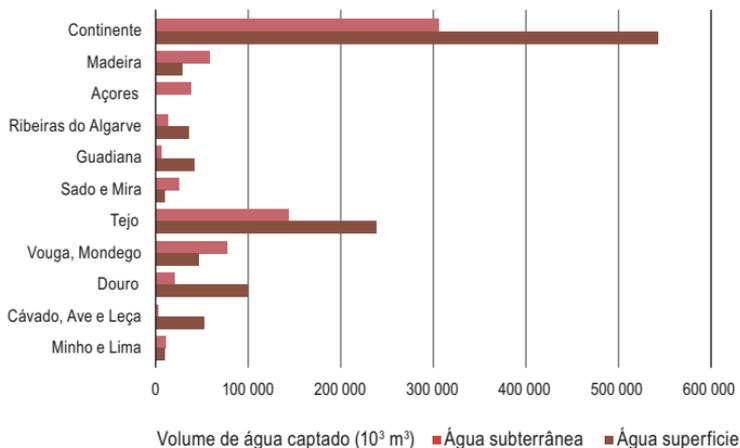
3.º

Objectivos e metas

Pretende-se promover a utilização sustentável da água garantindo a protecção dos recursos hídricos disponíveis, a longo prazo, e garantir um uso cada vez mais eficiente da água, sem pôr em causa as necessidades vitais, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento socioeconómico.

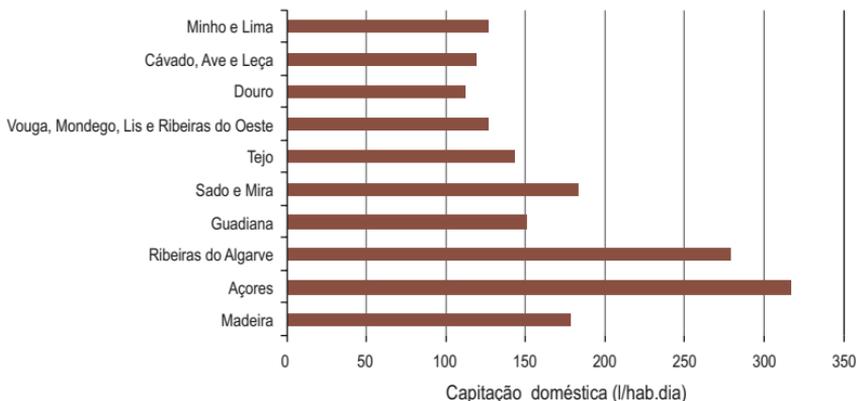
- Em 2007, o volume de água captado para abastecimento urbano no Continente foi cerca de 849 milhões de m³. Desse volume, cerca de 64% tem origem em águas de superfície, sendo a Região Hidrográfica do Tejo a que apresentou maior volume de captação (239 milhões de m³);
- As Regiões Hidrográficas dos Açores e da Madeira, por sua vez, apresentam maior volume de captação de águas subterrâneas (98% e 67%, respectivamente);
- A capitação média do sector doméstico em Portugal continental foi de 154 l/hab.dia, sendo de 157 l/hab.dia e 206 l/hab.dia nas Regiões Hidrográficas dos Açores e da Madeira, respectivamente.

Volume de água captado segundo tipo de origem e por Região Hidrográfica, em 2007



Fonte: INSAAR, 2008

Capitação doméstica, por Região Hidrográfica, em 2007



Fonte: INSAAR, 2008

mais informação:

<http://insaar.inag.pt>

<http://www.inag.pt>

http://ec.europa.eu/environment/water/index_en.htm

Consumo de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

AMBIENTAL/ECONÓMICO

ENERGIA

2.º

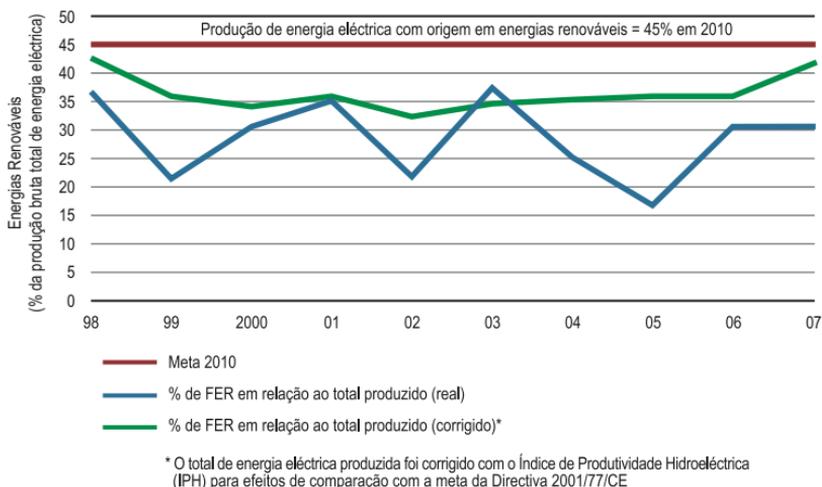
Objectivos e metas

A UE definiu como meta garantir que 20% do seu consumo energético em 2020 tenha origem em fontes renováveis; esta meta será completada por uma meta mínima de 10% para uso de biocombustíveis nos transportes em 2020.

Em 2007 o Governo português estabeleceu novas metas nacionais neste domínio. A produção de electricidade com base em energias renováveis passou de 39% para 45% do consumo em 2010, com uma aposta forte em todas as vertentes.

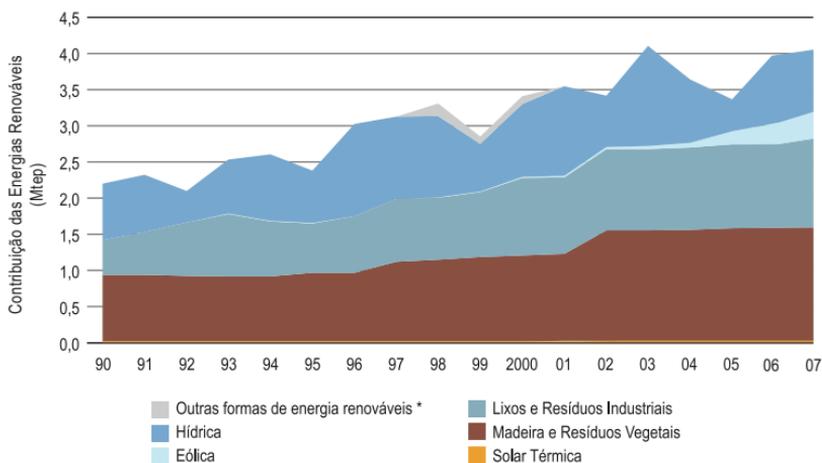
- Actualmente a produção de energia primária no nosso País baseia-se exclusivamente em fontes de energia renováveis (FER). A energia primária produzida foi, em 2007, 21% superior aos valores de 1998;
- A contribuição das energias renováveis para o balanço energético nacional é já significativa. Em 2007 o peso das renováveis no total da energia primária foi de 17,3%, valor superior ao verificado em 2006 (16,3%) e em 1998 (15,5%);
- A incorporação de FER no consumo bruto de energia eléctrica foi de 42,3% em 2007, o que evidencia que Portugal se está a aproximar da meta estabelecida (45% em 2010);
- Em 2007, Portugal foi o 4º País da UE-27 com maior incorporação de energias renováveis, encontrando-se acima da média europeia (21%).

Percentagem da produção bruta de energia eléctrica com base em fontes de energia renováveis, em Portugal continental, e comparação com a meta da Directiva 2001/77/CE



Fonte: DGEG, 2009

Contribuição das fontes de energia renováveis para o balanço energético



Nota: tep toneladas equivalentes de petróleo

*Compreende solar fotovoltaica, geotérmica de baixa e alta entalpia, bombas de calor, biogás e carvão vegetal

Fonte: DGEG, 2009

mais informação:

<http://www.dgge.pt>

http://ec.europa.eu/energy/index_en.htm

Consumo de Materiais pela Economia - CME

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL/ECONÓMICA

Tema(s)

ECONOMIA

Objectivos da ENDS 2015

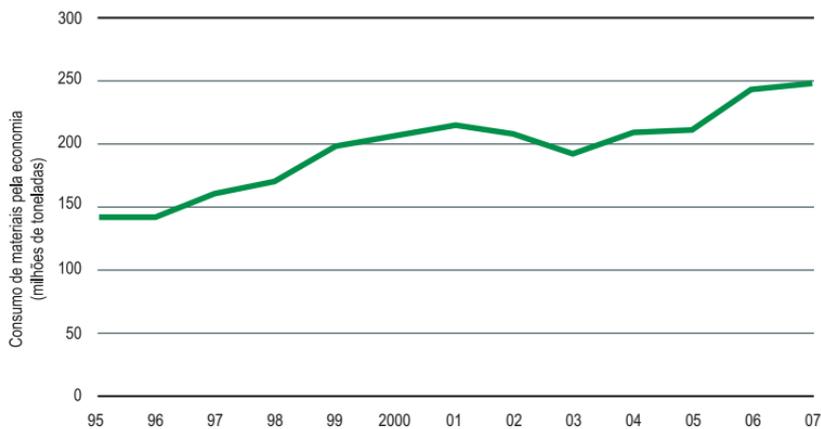
2.º

Objectivos e metas

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) propõe-se um aumento da produtividade dos recursos naturais para níveis iguais à média dos países mais desenvolvidos da UE em 2013.

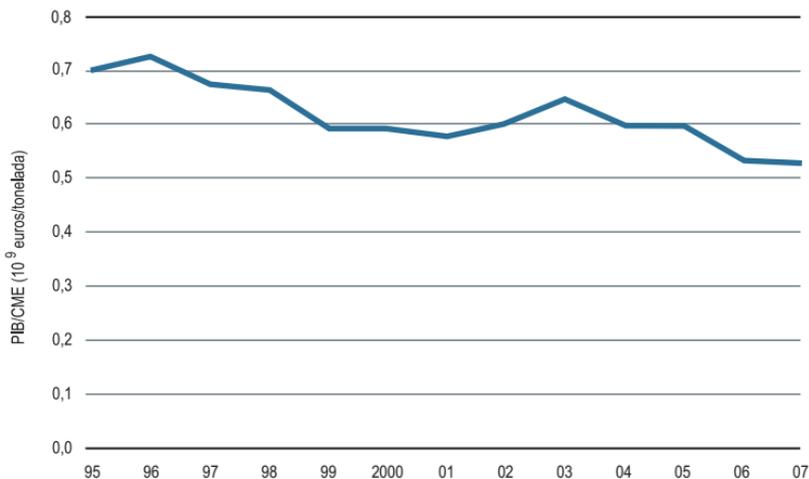
- O Consumo de Materiais pela Economia (CME), indicador que traduz o somatório de todos os materiais com valor económico extraídos no País e de todos os materiais importados, tem vindo a aumentar desde 2003, depois de ter apresentado uma fase de relativa estabilidade desde 1999;
- Entre 1995 e 2007 o CME aumentou cerca de 74% (cerca de 106 milhões de toneladas). Estima-se que as quantidades consumidas em 2007 ascenderam a cerca de 23 toneladas por habitante;
- A produtividade dos recursos na economia nacional (riqueza gerada por materiais consumidos) tem apresentado uma tendência para diminuir – em 1995 o PIB/CME era 32% superior ao que se registou em 2007.

Consumo de materiais pela economia



Fonte: INE, 2009

Produtividade dos recursos na economia



Fonte: INE, 2007

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://scp.eionet.europa.eu>

Despesa em Investigação e Desenvolvimento - I&D

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

Tema(s)

CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Objectivos da ENDS 2015

1.º

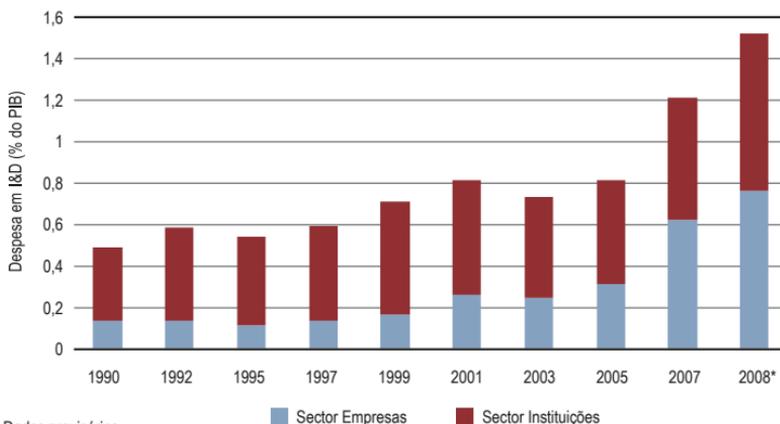
Objectivos e metas

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 assume como objectivos neste âmbito: promover a incorporação dos resultados de I&D nos processos produtivos, reforçar o investimento público em Investigação Científica (até 1% do PIB em 2010) e triplicar o Investimento Privado em I&D (atingir 3% do PIB em 2010).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) estabelece como meta para 2010 que a despesa em I&D, executada pelas empresas, atinja 0,8% do PIB.

- A despesa nacional em Investigação e Desenvolvimento (I&D) atingiu cerca de 1 973 milhões de euros em 2007, valor mais alto verificado desde 1990, tendo crescido 24,3% face ao ano precedente; este montante representava 1,21% do PIB em 2007, tendo aumentado para 1,51% em 2008 (valores provisórios);
- Em 2007, verificou-se um crescimento da despesa em I&D nos quatro sectores de execução apresentados: Empresas, Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos; a despesa em I&D das Empresas representou, pela primeira vez, mais de metade do total da despesa do País (51,2%);
- No mesmo ano, na repartição da despesa em I&D segundo a área científica ou tecnológica, verificou-se um crescimento em todas as áreas em análise; as áreas científicas ou tecnológicas nas quais se tem observado maior despesa correspondem, por ordem decrescente da sua importância relativa, às “Ciências de Engenharia e Tecnologia” (29,9%), “Ciências Sociais e Humanas” (24,8%) e “Ciências Naturais” (13,1%).

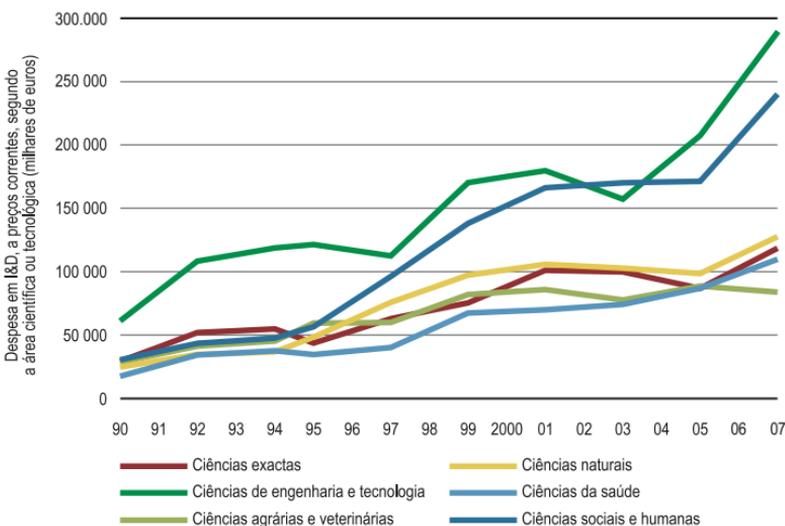
Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D), em percentagem do PIB



Nota: O sector Instituições inclui todas as unidades enquadradas nos seguintes sectores de execução: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Fonte: GPEARI, 2009

Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D), segundo a área científica ou tecnológica



Fonte: INE, 2010

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.gpeari.mctes.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Dimensão do desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

Tema(s)

**GOVERNANÇA
JUSTIÇA**

Objectivos da ENDS 2015

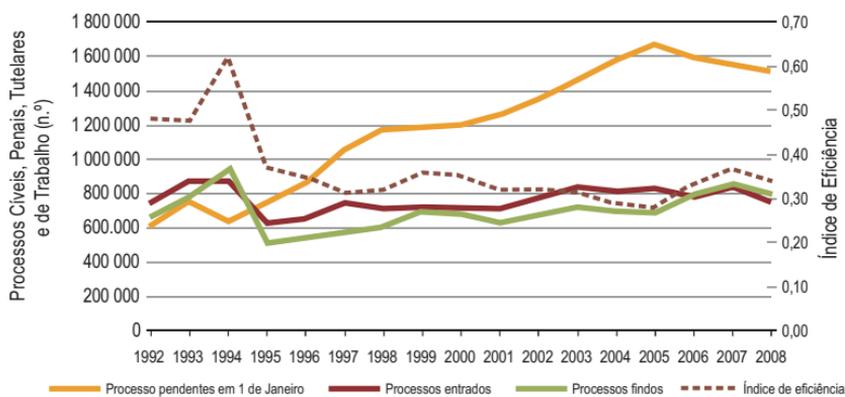
4.º; 7.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. O objectivo geral, porém, é aumentar a taxa de resolução processual e simplificar o processo judicial .

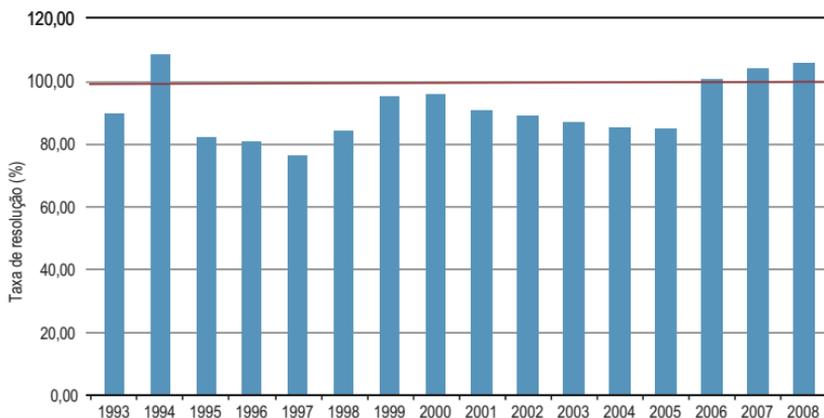
- O número de processos pendentes a 1 de Janeiro tem vindo a diminuir desde 2005, tendo alcançado o valor de 1 518 856 processos em 2008;
- O número de processos entrados nos tribunais de 1ª instância em 2008 diminuiu cerca de 10% relativamente a 2007, tendo-se registado 747 384 processos entrados;
- A taxa de resolução processual que mede a recuperação da pendência foi, em 2008, de 106%, valor superior ao registado em em 2007 (104%) e em 2006 (101%);
- Nestes últimos três anos a taxa de resolução processual foi superior a 100%, significando que o volume de processos entrados foi inferior ao volume de processos findos.

Movimento de processos cíveis, penais, trabalho e tutelares nos tribunais judiciais de 1ª instância e índice de eficiência



Fonte: DGPJ, 2009

Taxa de resolução processual em tribunais judiciais de 1ª instância



Fonte: DGPJ, 2009

mais informação:
<http://www.dgpj.mj.pt>
<http://www.ine.pt>

Emissão de Gases com Efeito de Estufa - GEE

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

AR E CLIMA

Objectivos da ENDS 2015

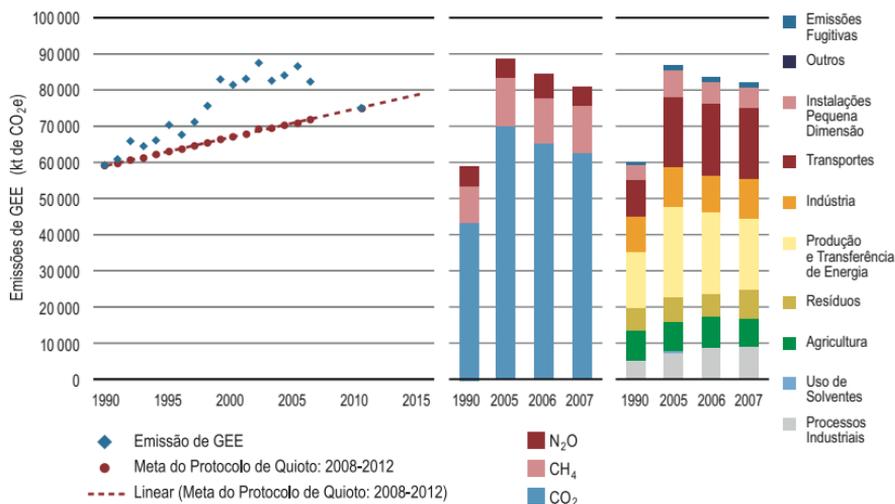
2.º; 3.º

Objectivos e metas

Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar, no período 2008-2012, a 27% o crescimento das emissões de GEE, face ao registado em 1990. No seu conjunto, e para o mesmo período, a UE-15 comprometeu-se com uma redução de 8% das suas emissões. Em Março de 2007, o Conselho Europeu propôs um pacote integrado de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas, que definiu como meta nesta matéria a redução, até 2020, das emissões de GEE em pelo menos 20%

- Em Portugal as emissões dos principais gases com efeito de estufa (GEE) – CO₂, CH₄ e N₂O, excluindo as emissões e remoções da floresta e alterações de uso do solo, situaram-se, em 2007, 37% acima do valor de 1990, ou seja, aproximadamente 10 pontos percentuais acima da meta estabelecida para 2008-2012;
- Este acréscimo resulta de um aumento, no período 1990-2007, de 44% e 27% das emissões de CO₂ e CH₄, respectivamente; as emissões de N₂O diminuíram 5% face a 1990;
- As principais fontes de emissão de GEE estiveram associadas ao sector da produção e transformação de energia e ao sector dos transportes; entre 1990 e 2007 as emissões provenientes dos transportes aumentaram aproximadamente 94% e as resultantes da produção e transformação de energia cerca de 23%;
- Comparando com os restantes países da UE-27, em 2007 Portugal foi um dos 10 países a apresentar um aumento de emissões de GEE relativamente a 1990. Nesse ano Portugal ocupou o 7º lugar dos países da UE-27 com menores capitações de GEE.

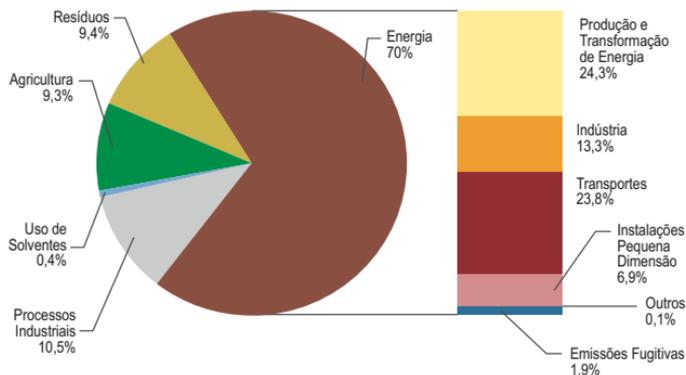
Principais emissões de GEE (CO₂, CH₄ e N₂O), por poluente e por sector de actividade, e compromissos para o período 2008-2012



Nota: os valores totais não entram em consideração com os LULUCF (*Emissions and Removals from Land-Use Change and Forestry - Floresta e Alterações do Uso do Solo*) e os "bunkers internacionais".

Fonte: APA, 2009

Emissões de GEE em 2007, por sector de actividade



Nota: os valores totais não entram em consideração com os LULUCF (*Emissions and Removals from Land-Use Change and Forestry - Floresta e Alterações do Uso do Solo*) e os "bunkers internacionais".

Fonte: APA, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.cumprirquioto.pt>
http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm
<http://www.unep.org/climatechange>
<http://unfccc.int>
<http://www.ipcc.ch>

Envelhecimento da população

Dimensão do desenvolvimento sustentável

SOCIAL

Tema(s)

POPULAÇÃO

Objectivos da ENDS 2015

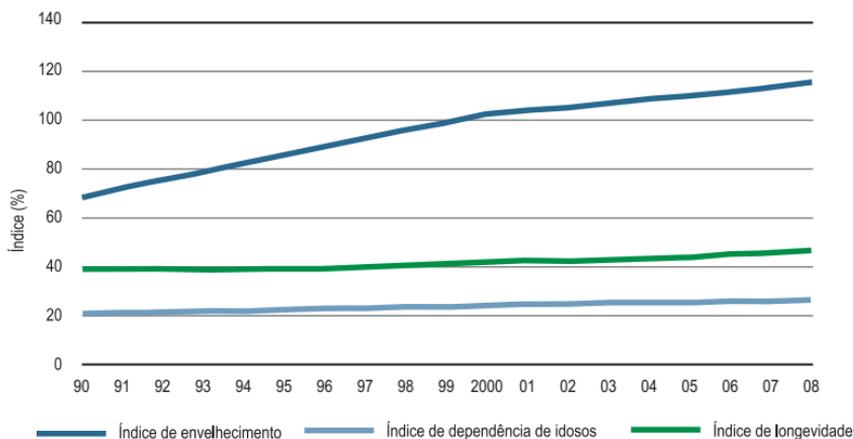
4.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. No entanto, pretende-se promover estratégias que permitam que as pessoas envelheçam com qualidade de vida, permanecendo activas, bem como assegurar a sustentabilidade dos sistemas de protecção social.

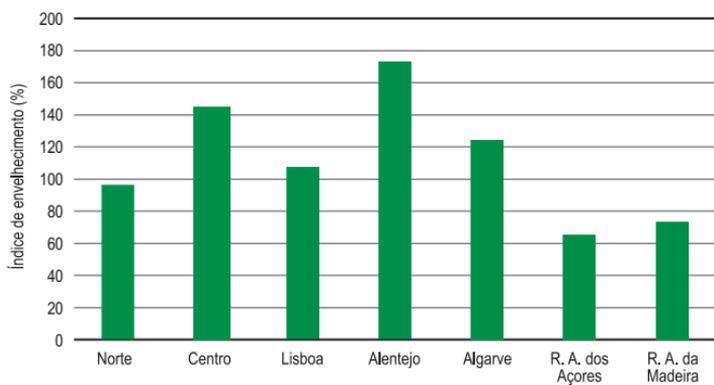
- A população residente em Portugal tem vindo a manifestar um continuado envelhecimento demográfico, resultante do declínio da fecundidade e do aumento da longevidade. Entre 2003 e 2008 o índice de envelhecimento aumentou de 107 para 115 idosos (65 ou mais anos) por cada 100 jovens (com menos de 15 anos);
- O fenómeno do envelhecimento populacional é mais acentuado nas mulheres, reflectindo a sua maior longevidade;
- Em 2008, as regiões do Alentejo, Centro e Algarve foram as que apresentaram índices de envelhecimento mais elevados. Por oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumiam valores inferiores;
- Embora a um ritmo mais lento, os índices de dependência de idosos e de longevidade têm vindo, simultaneamente, a aumentar.

Índices de envelhecimento, de dependência de idosos e de longevidade da população



Fonte: INE, 2009

Índice de envelhecimento em 2008, por NUTS II



Fonte: INE, 2009

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

Esperança de vida à nascença

Dimensão do desenvolvimento sustentável

SOCIAL

Tema(s)

POPULAÇÃO

Objectivos da ENDS 2015

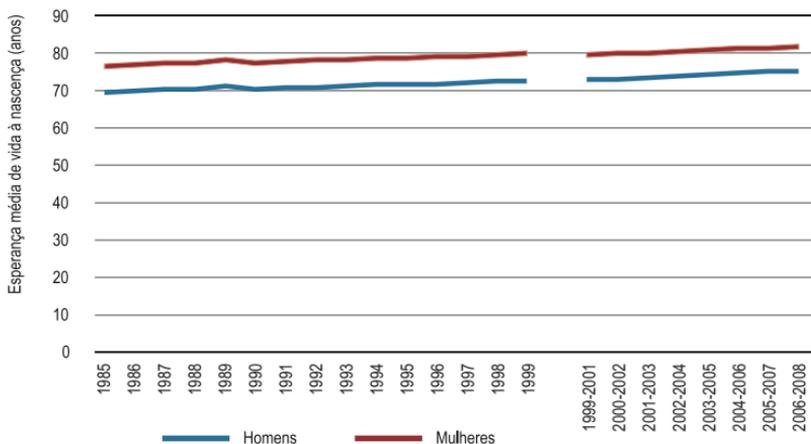
4.º

Objectivos e metas

O Plano Nacional de Saúde define como meta, para 2010, 81 anos em termos de esperança média de vida para a população portuguesa.

- A esperança média de vida à nascença em Portugal, para o período 2006-2008, foi estimada em 78,70 anos para ambos os sexos;
- Este indicador varia em função do género; no mesmo período, homens e mulheres poderiam esperar viver em média até aos 75,49 anos e 81,74 anos, respectivamente, registando-se um ligeiro aumento face a 2005-2007 (75,18 anos e 81,57 anos, respectivamente);
- Desde 1999-2001 até ao triénio 2006-2008 a esperança média de vida à nascença aumentou 2,26 anos para ambos os sexos, com 2,46 anos para os homens e 2,05 anos para as mulheres;
- Foi na região Centro que se observaram os valores mais elevados para a esperança média de vida à nascença (78,93 anos para ambos os sexos, no período 2005-2007); na Região Autónoma da Madeira verificaram-se os valores mais baixos (74,07 anos para ambos os sexos, no mesmo período).

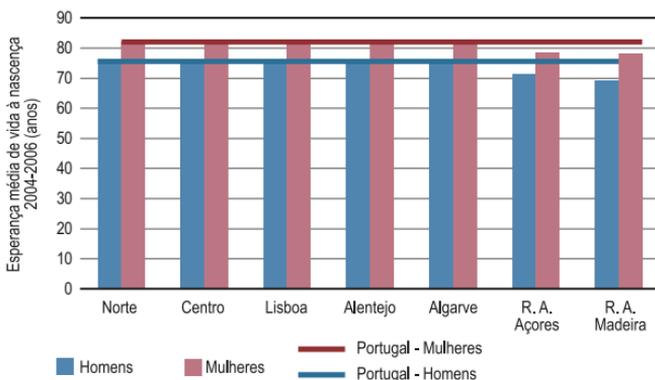
Esperança média de vida à nascença, por sexo, em Portugal



Nota: Em 2007, o INE adoptou uma nova metodologia para o cálculo do indicador Esperança Média de Vida à idade x, baseada em tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos. Actualmente, estão disponíveis as tábuas de mortalidade referentes aos períodos entre 1999-2001 e 2006-2008. Face às alterações metodológicas, os valores da esperança média de vida, calculados segundo esta metodologia, não são comparáveis com os valores divulgados para 1970-1999.

Fonte: INE, 2009

Esperança média de vida à nascença em 2005-2007, por NUTS II



Fonte: INE, 2009

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

Estado as águas de superfície

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

ÁGUA

Objectivos da ENDS 2015

3.º

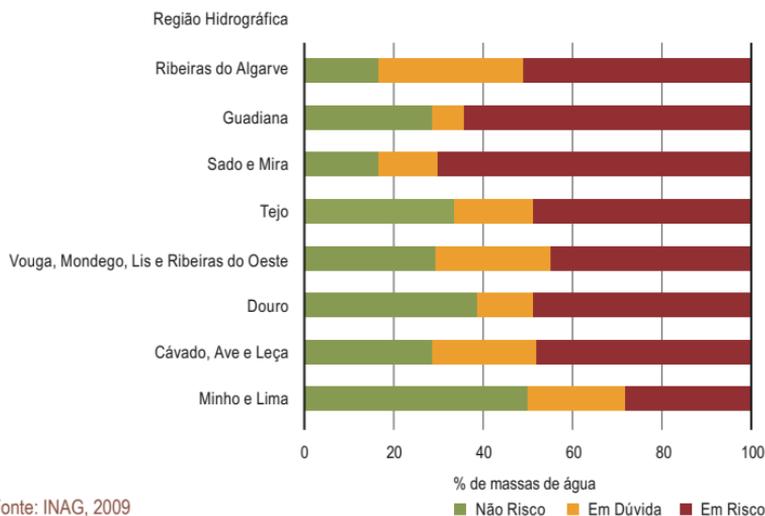
Objectivos e metas

Finalizar os primeiros Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) até Dezembro de 2009; os programas de medidas constantes dos PGRH devem ser revistos e actualizados até 2015, e posteriormente de seis em seis anos.

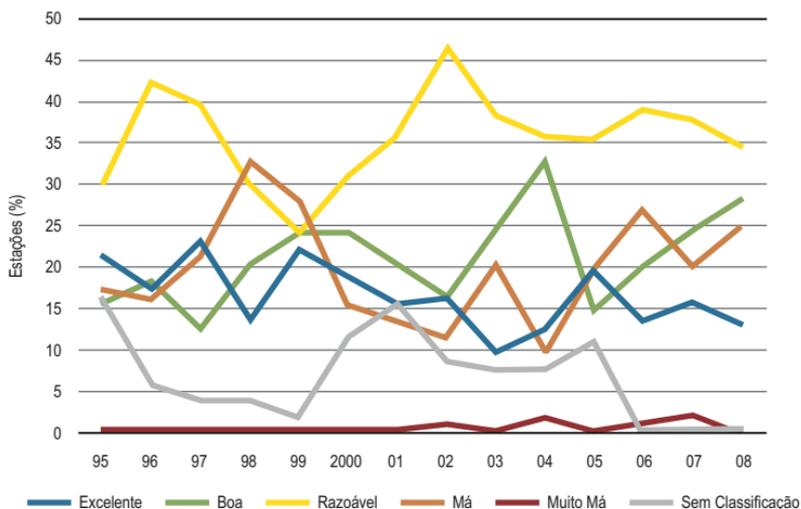
Atingir, até 2015, os objectivos ambientais estabelecidos na Directiva-Quadro da Água/Lei da Água, através da execução das medidas especificadas nos PGRH.

- Em 2007, após actualização da análise de risco efectuada em 2005, cerca de 52,4% das massas de água de superfície de Portugal continental encontrava-se em risco de não cumprir os objectivos ambientais preconizados pela Directiva-Quadro da Água e pela Lei da Água;
- As Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana foram as que apresentaram maior percentagem de massas de água superficiais em risco de incumprimento, com valores de 70,1% e 64%, respectivamente;
- A região do Minho e Lima obteve o melhor resultado, com apenas 28,6% das massas de água superficiais em risco de incumprimento.

Síntese da análise de risco de incumprimento dos objectivos ambientais das massas de água de superfície, em cada Região Hidrográfica



Qualidade da água nos recursos hídricos superficiais



mais informação:

<http://www.inag.pt>

<http://insaar.inag.pt>

<http://snirh.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>

<http://www.unwater.org>

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

SOCIAL

POPULAÇÃO

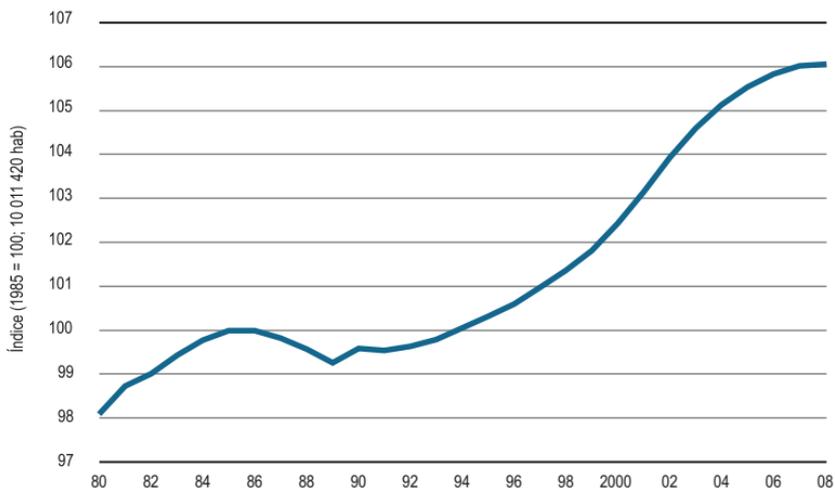
5.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Contudo, o objectivo geral é contrariar a tendência de desertificação humana das regiões rurais e do interior, promovendo uma distribuição territorialmente equilibrada da população, e assegurar políticas de apoio ao desenvolvimento económico do País de forma a criar condições favoráveis à fixação das populações nas regiões do interior e/ou mais desfavorecidas.

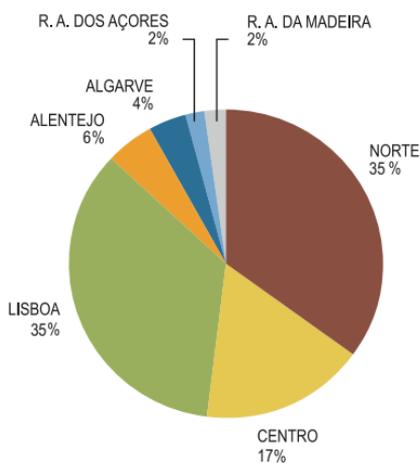
- A população residente em Portugal, em 31 de Dezembro de 2008, foi estimada em 10 627 250 indivíduos, o que representou um acréscimo populacional de 9 675 indivíduos face a 2007;
- Contudo, e tal como se verifica desde 2003, o ritmo de crescimento da população residente continuou a abrandar, consequência do decréscimo das taxas de crescimento migratório (0,09% em 2008, face a 0,61% em 2003), e de uma redução das taxas de crescimento natural (0,00% em 2008, face a 0,04% em 2003);
- Apenas nas regiões Centro e Alentejo se verificou um crescimento populacional negativo, tendo as restantes apresentado um crescimento positivo;
- Quanto à composição etária da população, em 2008 a proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos de idade) foi de 15,3% da população residente total (15,7% em 2003). No mesmo período (2003-2008) a proporção de indivíduos em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade) também reduziu de 67,4% para 67,1%, verificando-se simultaneamente o aumento da percentagem de população idosa (com 65 ou mais anos de idade) de 16,8% para 17,6%.

Estimativas da população residente em Portugal (Continente e Regiões Autónomas)



Fonte: INE, 2009

Estimativas da população residente, por NUTS II, em 2008



Fonte: INE, 2009

mais informação:
<http://www.ine.pt>

Dimensão do desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

Tema(s)

**COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
INSTRUMENTOS DE GESTÃO
AMBIENTAL**

Objectivos da ENDS 2015

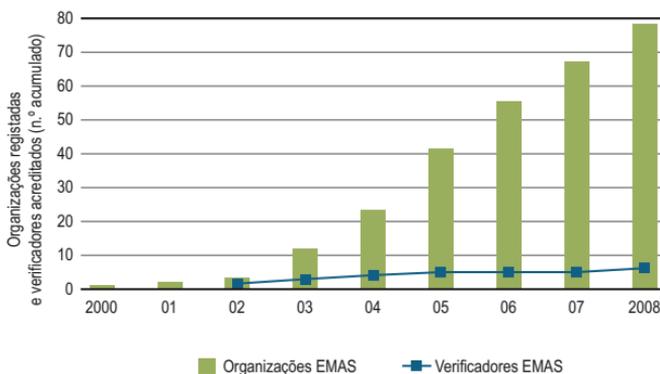
2.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. O objectivo geral, porém, é melhorar continuamente o desempenho ambiental das actividades económicas e incentivar boas práticas ambientais no seio das organizações.

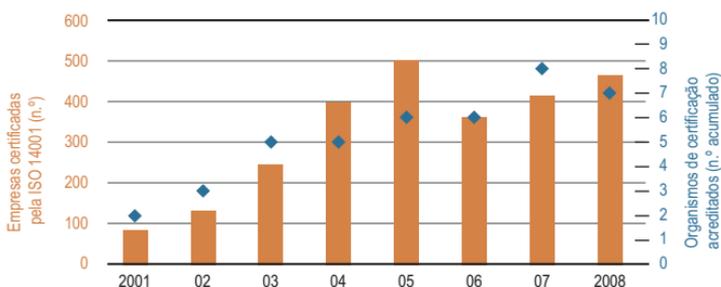
- Em 2008 foram atribuídos 14 registos no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS, na sigla inglesa), sendo que no final desse ano ascendia a 78 o número de organizações registadas de acordo com este Regulamento em Portugal;
- Portugal ocupava, em Maio de 2009, o 6º lugar no *ranking* dos 27 países da UE com mais organizações registadas no EMAS;
- Em Portugal, em 2008 foram atribuídas 468 certificações de acordo com a norma ISO 14001 pelos sete organismos de certificação existentes, acreditados no Sistema Português da Qualidade;
- A nível mundial, em Dezembro de 2007, esta norma encontrava-se aplicada a pelo menos 154 572 organizações (21% acima dos valores de 2006);
- No final de 2008 existiam, a nível nacional, 13 atribuições do Rótulo Ecológico Comunitário (REC) a produtos e/ou serviços de 11 empresas.

Organizações registadas no EMAS e verificadores ambientais acreditados pelo Regulamento EMAS, em Portugal



Fonte: APA, 2009; IPAC, 2009

Certificações anuais pela Norma ISO 14 001 e organismos de certificação acreditados pelo Sistema Portugues da Qualidade, em Portugal



Fonte: IPAC, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.ipac.pt>

http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm

<http://www.iso.org/iso/home.htm>

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

RESÍDUOS

Objectivos da ENDS 2015

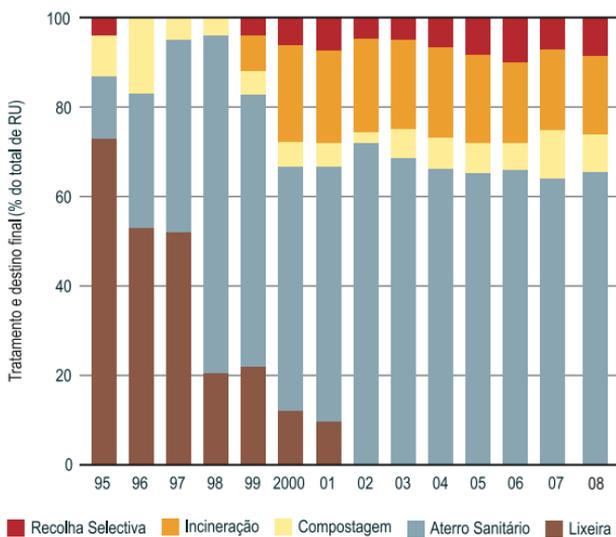
3.º

Objectivos e metas

O Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, que transpõe para o direito interno a Directiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterro, impõe como metas os seguintes limites de deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respectivamente.

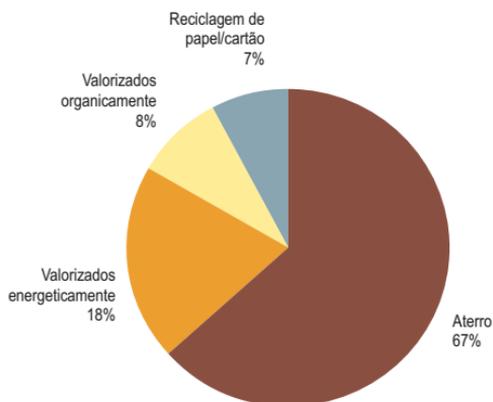
- Os aterros continuam a ser o destino da maioria dos Resíduos Urbanos (RU) produzidos em Portugal continental;
- Cerca de 65% dos resíduos totais produzidos são depositados nestas infraestruturas, seguindo-se a incineração com recuperação energética (18%) e a recolha selectiva (9%). Apenas 8% dos resíduos produzidos são encaminhados para valorização orgânica;
- Em 2008, dos 4,787 milhões de toneladas de resíduos produzidos em Portugal continental, cerca de metade foram Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) (2,606 milhões de resíduos). Dos RUB produzidos, a grande maioria (67%) ainda tem como destino final os aterros.

Recolha selectiva e destino dos Resíduos Urbanos em Portugal continental



Fonte: APA, 2009

Destino dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis em Portugal continental, em 2008



Fonte: APA, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/waste>

<http://www.eea.europa.eu/themes/waste>

Índice de aves comuns

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Objectivos da ENDS 2015

3.º

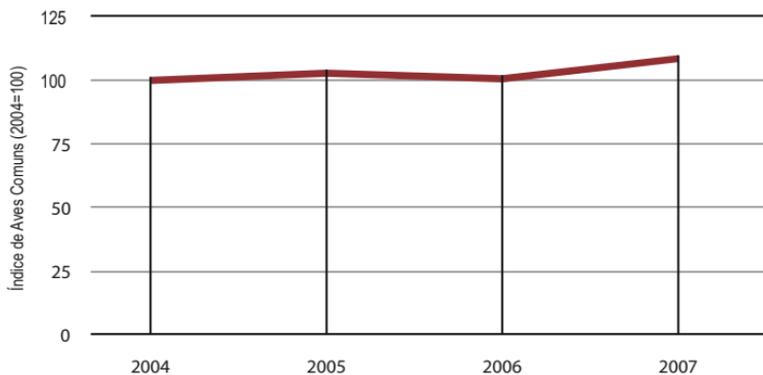
Objectivos e metas

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) define como meta para 2015 aumentar o valor do Índice de Aves Comuns, relativamente ao valor de referência de 2004, garantindo o equilíbrio dos seus componentes por cada tipo de habitat.

Alterar a tendência de declínio da biodiversidade medido pelo Indicador de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013).

- O Índice de Aves Comuns (IAC) é reconhecido como um bom indicador de biodiversidade, estando a ser utilizado para medir o progresso relativamente à meta de travar o declínio da biodiversidade até 2010;
- O IAC fornece informações sobre as variações populacionais da generalidade das espécies de aves nidificantes em Portugal, indicando a variação da abundância relativamente ao ano inicial do Censo de Aves Comuns (2004). Em 2007 o IAC em Portugal registou um valor 8% superior ao verificado em 2004;
- Entre 1980 e 2006, as aves comuns europeias registaram, em geral, um decréscimo médio de 10%, sendo o declínio das aves florestais de cerca de 9% e o das aves comuns dos ecossistemas agrícolas de cerca de 50%;
- Em Portugal, o Censo de Aves Comuns tem apresentado valores que denotam uma situação mais favorável do que a registada na maioria dos países da Europa, embora ainda se possa considerar prematuro fazer afirmações conclusivas relativamente às tendências populacionais.

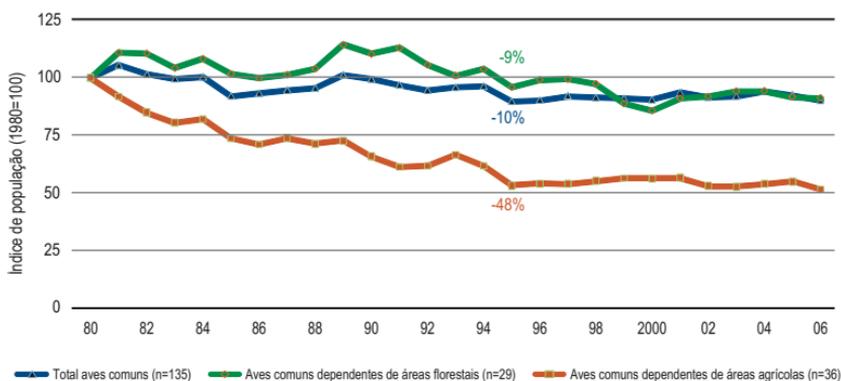
Índice de Aves Comuns para Portugal



Nota: Calculado para 61 espécies

Fonte: SPEA, 2009

Índice de Aves Comuns Europeu



Fonte: EBCC/RSPB/BirdLife/Statistics Netherlands

mais informação:

<http://www.spea.pt>

<http://biodiversity-chm.eea.europa.eu>

<http://www.eea.europa.eu/themes/biodiversity>

<http://ec.europa.eu/environment/nature/home.htm>

<http://www.birdlife.org>

<http://www.ebcc.info>

Intensidade energética e carbónica da economia

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

AMBIENTAL/ECONÓMICA

AR E CLIMA
ECONOMIA
ENERGIA

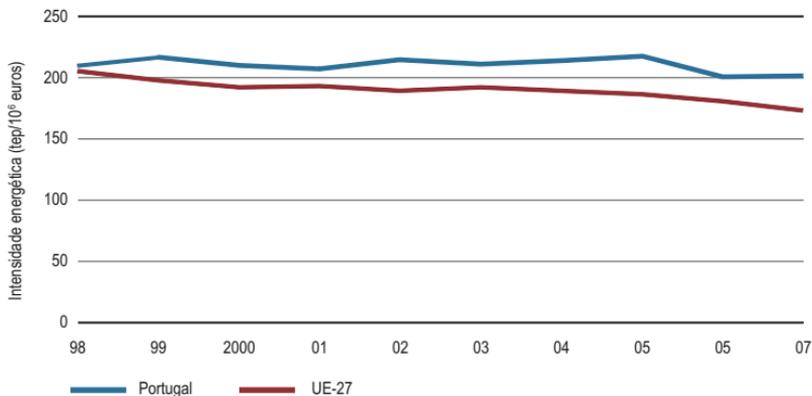
2.º

Objectivos e metas

O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) - Portugal Eficiência 2015 pretende acelerar a convergência entre a intensidade energética nacional e os níveis europeus. Este Plano estimula a utilização de novas tecnologias, a melhoria de processos organizativos e a mudança de comportamentos, que conduzam a hábitos de consumo mais sustentáveis. É contemplado um conjunto de medidas que têm como meta, alcançar uma melhoria da eficiência energética equivalente a 9,8% do consumo final de energia, relativo à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos até 2015.

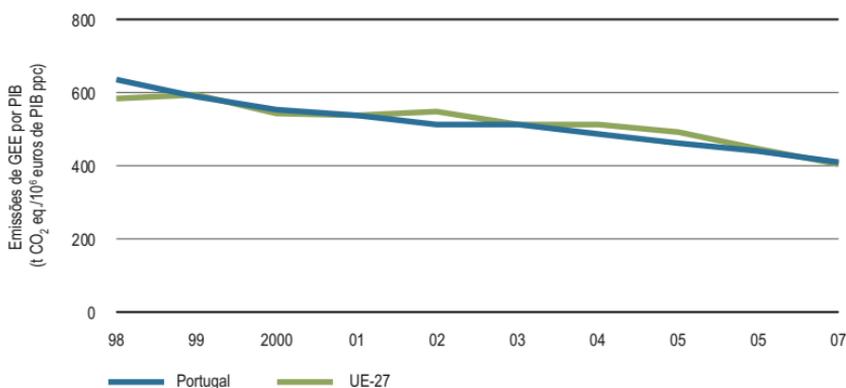
- Um desenvolvimento económico sustentável traduz-se por baixos níveis de intensidade energética e carbónica, expressos em consumo de energia primária e emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por unidade de PIB, respectivamente;
- Portugal apresentou uma intensidade energética de 197 tep/10⁶ euros de PIB, em 2007, superior à média europeia (169 tep/10⁶ euros). Em 2006 e 2007 registaram-se consecutivamente reduções deste indicador para níveis semelhantes aos valores de 1996, permitindo uma aparente convergência com a média europeia;
- A intensidade carbónica em Portugal foi, em 2007, de 407 t CO₂ eq./10⁶ euros de PIB ppc. Pode notar-se uma tendência decrescente deste indicador no período 1998-2007, alcançando em 2007 um valor semelhante à média da UE-27. Esta tendência traduz alterações do modelo energético nacional para formas de energia menos intensivas em carbono, designadamente pelo maior peso de energias renováveis.

Intensidade energética da economia, em Portugal e na UE-27



Fonte: Eurostat, 2009; EEA, 2009

Intensidade carbónica da economia, em Portugal e na UE-27



Fonte: Eurostat, 2009; EEA, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.dgge.pt>

<http://www.portugal.gov.pt>

<http://www.ine.pt>

http://ec.europa.eu/energy/index_en.htm

http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm

Intensidade turística

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

Tema(s)

TURISMO

Objectivos da ENDS 2015

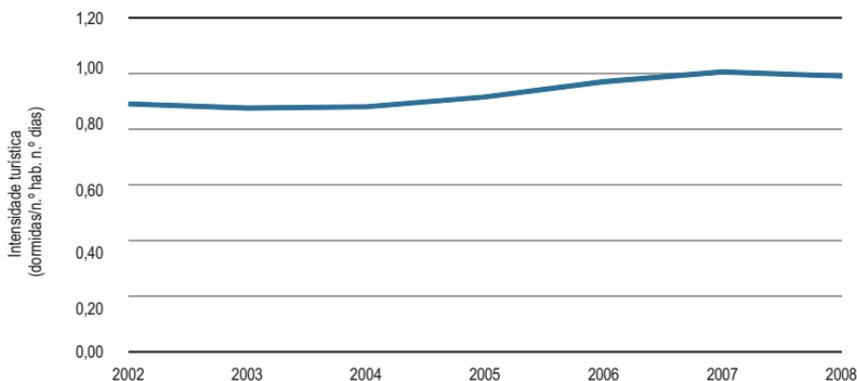
5.º

Objectivos e metas

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) 2006-2015 visa transformar Portugal num dos destinos de maior crescimento da Europa, através de um desenvolvimento alicerçado na qualificação e competitividade da oferta, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial. Pretende mobilizar entidades públicas e privadas e fazer convergir sinergias, de forma articulada, para promover o desenvolvimento sustentável do turismo português.

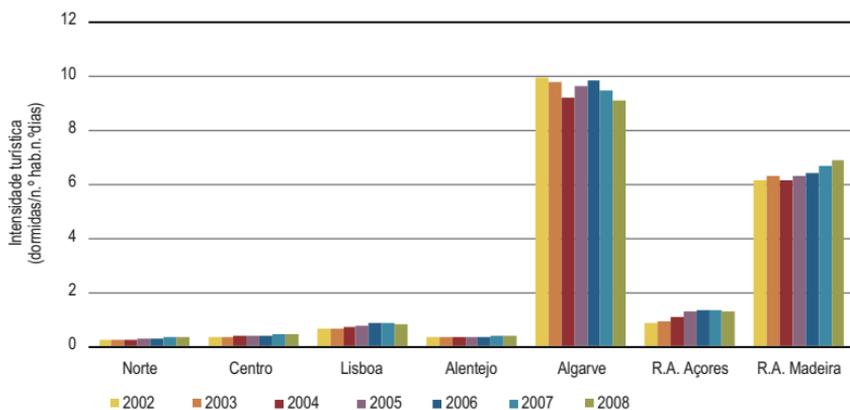
- A intensidade turística avalia a pressão exercida pelos turistas em determinado território através da relação entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados e o número de residentes. Se essa razão for inferior a 1,1 dormidas por residente então é considerada sustentável; se se encontrar entre 1,1 e 1,5 é considerada pouco sustentável e se for superior a 1,6 é encarada como insustentável;
- Em 2008 este indicador assumiu o valor de 1,01 em Portugal. De uma forma geral, no período 2002-2008, a intensidade turística no nosso País pode caracterizar-se como sustentável, não tendo ultrapassado o valor de 1,03 em 2007;
- Este indicador atinge os valores mais elevados no Algarve (9,09 em 2008) e na Região Autónoma da Madeira (6,88 em 2008).

Intensidade turística em Portugal



Fonte: TP, 2009

Intensidade turística por NUTS II



Fonte: TP, 2009

mais informação:

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://destinet.ew.eea.europa.eu>

<http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism>

<http://www.unwto.org>

Nível de educação atingido pela população jovem

Dimensão do desenvolvimento sustentável

SOCIAL

Tema(s)

EDUCAÇÃO

Objectivos da ENDS 2015

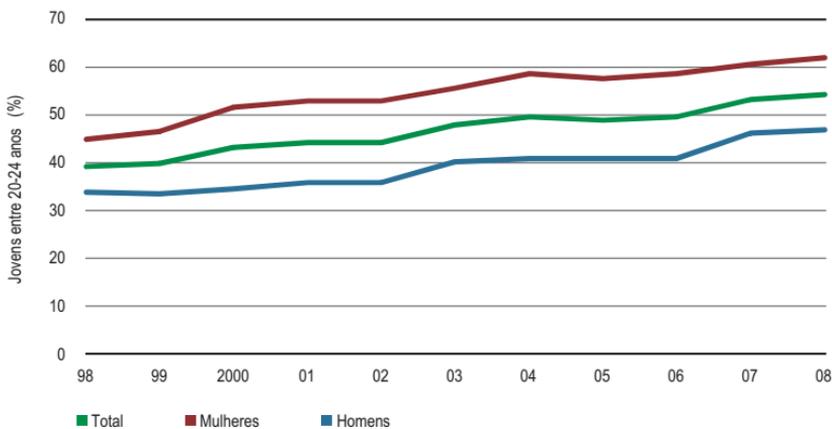
1.º

Objectivos e metas

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) estabelece que a população com ensino secundário (em % do grupo etário 20-24 anos) deverá atingir 65% até 2010.

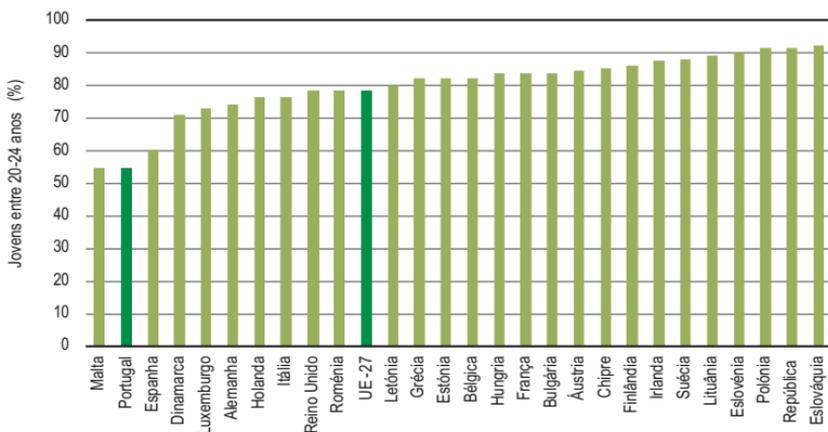
- Em Portugal, no ano de 2008, apenas 54,3% da população jovem (20-24 anos) tinha completado o nível superior do ensino secundário. No entanto, este valor evidencia um aumento de cerca de 38% face aos valores registados em 1998 (39,3% dos jovens), o que salienta o progresso que tem vindo a ser alcançado na área da educação no nosso País;
- A percentagem de mulheres jovens que concluíram o nível superior do ensino secundário em Portugal tem vindo a ser sempre superior à dos homens (61,9% e 47,1%, em 2008, respectivamente);
- No contexto europeu, relativamente a 2008, Portugal apresenta ainda uma das situações menos favoráveis, só superada por Malta. A Eslováquia é o País onde se verifica uma maior percentagem de população jovem com o nível superior do ensino secundário (92,3%, em 2008).

População jovem portuguesa que completou o nível do ensino secundário relativamente ao total do respectivo género e grupo etário



Fonte: Eurostat, 2009

População jovem que completou o nível superior do ensino secundário na UE-27, em 2008



Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

- <http://www.ine.pt>
- <http://www.gepe.min-edu.pt>
- <http://www.planotecnologico.pt>
- <http://www.estrategiadelisboa.pt>
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Ocupação e uso do solo

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

SOLOS E
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO

Objectivos da ENDS 2015

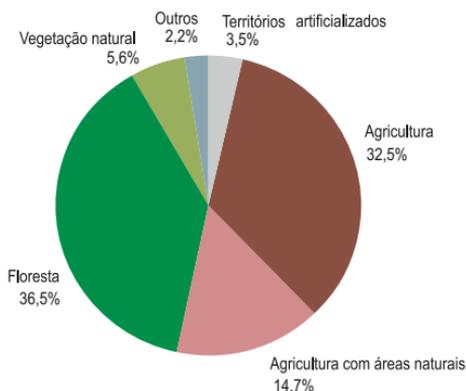
3.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Pretende-se, contudo, promover políticas de gestão e utilização sustentável dos solos que evitem a dispersão urbana e reduzam a impermeabilização dos solos.

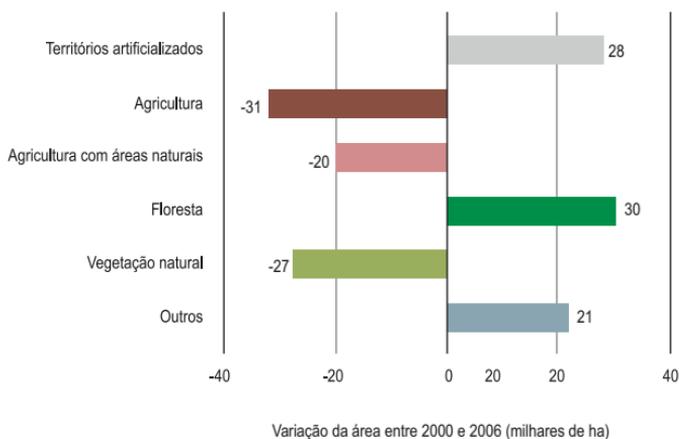
- Com base na carta de alterações de uso do solo foi possível determinar que, entre 2000 e 2006, ocorreram transformações em cerca de 8,6% do território, o que revela uma grande dinâmica apesar do relativamente curto espaço de tempo (6 anos) a que se referem os dados;
- Entre 2000 e 2006 os territórios artificializados cresceram 10% (28 000 ha) e a vegetação natural decresceu 3,5% (27 000 ha); a primeira classe ocupa cerca de 3,5% da área total e a vegetação natural 8,6%, mantendo-se a distribuição muito semelhante à registada no ano de 2000;
- O País sofreu um acréscimo da área de floresta na ordem dos 30 000 ha e um decréscimo de 31 000 ha de agricultura relativamente ao ano 2000. Em 2006, 71% do território de Portugal continental era ocupado por floresta e agricultura e cerca de 15% por áreas mistas de agricultura com áreas naturais;
- Os Planos de Água são um dos tipos de ocupação de solo que mais cresceu (incluída na classe “Outros”) entre 2000 e 2006.

Uso do solo em Portugal continental, em 2006



Fonte: IGP, 2009

Variação da área de cada classe entre 2000 e 2006



Fonte: IGP, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.territorioportugal.pt>

<http://www.eu-territorial-agenda.eu>

<http://www.eea.europa.eu/themes/landuse>

http://ec.europa.eu/environment/index_pt.htm

http://ec.europa.eu/environment/urban/home_en.htm

População abaixo do limiar da pobreza

Dimensão do desenvolvimento sustentável

SOCIAL

Tema(s)

COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Objectivos da ENDS 2015

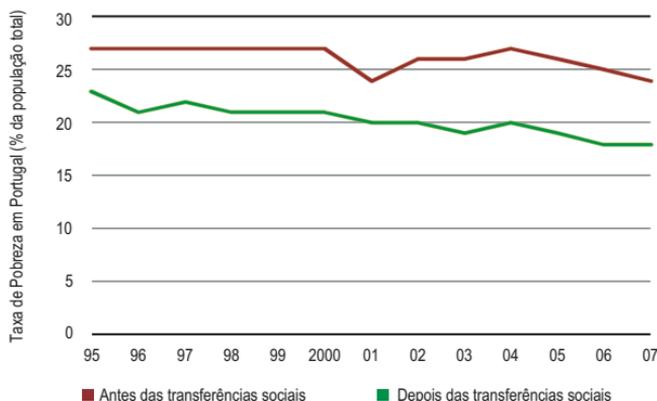
4.º

Objectivos e metas

Um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fixados na Declaração do Milénio em 2000 é reduzir para metade a pobreza extrema e a fome, até 2015.

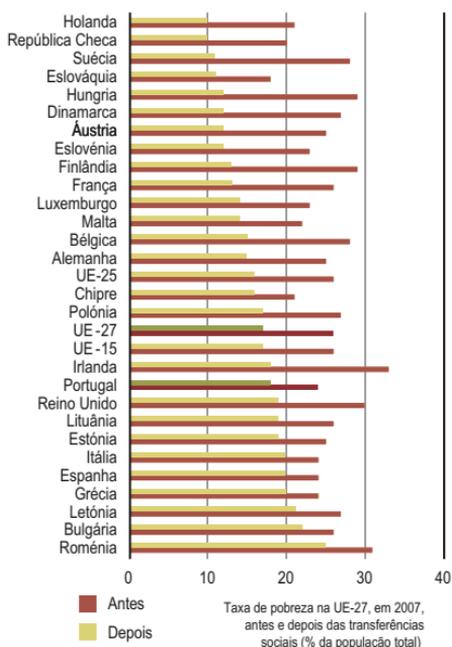
- Antes das transferências sociais, 24% da população portuguesa auferia, em 2007, rendimentos inferiores ao limiar de pobreza, valor que tem vindo a decrescer desde 2004;
- Pode verificar-se que, no mesmo ano, apenas 18% dos portugueses se encontravam abaixo do limiar de pobreza depois das transferências sociais;
- A taxa de pobreza na UE-27 em 2007, antes das transferências sociais, variou entre os 21% na Holanda e os 31% na Roménia, enquanto que a média dos 27 Estados-membros foi de 26%;
- Já depois das transferências sociais, a média europeia atingiu os 17% em 2007, evidenciando a importância que as mesmas assumem no combate à pobreza.

Taxa de pobreza total em Portugal, antes e depois das transferências sociais



Fonte: Eurostat, 2009

Taxa de Pobreza Total na UE-27, em 2007, antes e depois das transferências sociais



Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://www.undp.org/mdg>

<http://millenniumindicators.un.org>

População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

ÁGUA

Objectivos da ENDS 2015

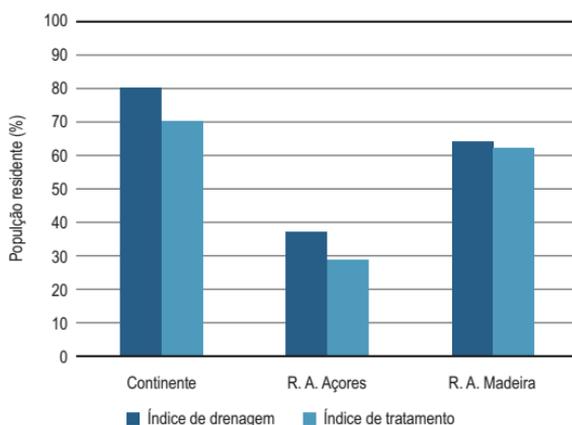
3.º

Objectivos e metas

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) aponta como uma das metas servir 90% da população do País com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população.

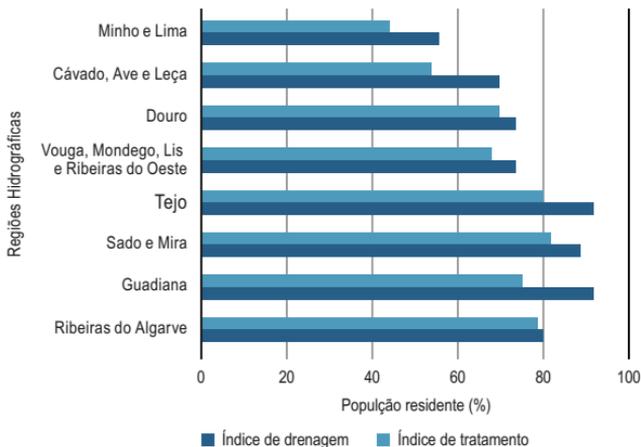
- Em 2007 cerca de 80% da população do Continente era servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais, mas apenas 70% tinha sistemas de tratamento das mesmas;
- As Regiões Hidrográficas (RH) com índices de drenagem mais elevados continuam a ser a região do Tejo e a região do Guadiana, ambas com índice de 92%, apresentando um aumento de 6% e 3%, respectivamente, em relação a 2006;
- Da população servida por sistemas públicos de tratamento de águas residuais, 94% é servida por ETAR e 6% por fossa séptica colectiva, existindo uma diferença entre os índices de tratamento das RH situadas a Sul do Tejo e os das regiões situadas a Norte, as quais registaram os valores percentuais mais baixos do Continente.

População servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em 2007



Fonte: INSAAR, 2008

População servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, por Região Hidrográfica, em 2007



Fonte: INSAAR, 2008

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://insaar.inag.pt>

<http://www.ersar.pt>

Produção agrícola certificada

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

AMBIENTAL/ECONÓMICA

AGRICULTURA
SOLOS E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

3.º

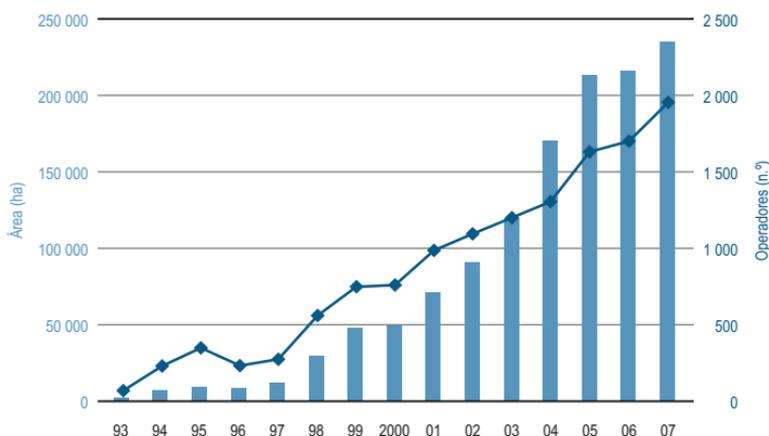
Objectivos e metas

O Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 estabelece como meta para 2013, relativamente ao valor de 2005, o aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) sujeita a agricultura biológica.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015), em conjugação com as orientações emanadas do PEN e respectivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), estabelece como meta a expansão da área dedicada à agricultura biológica até 10% da SAU em 2013.

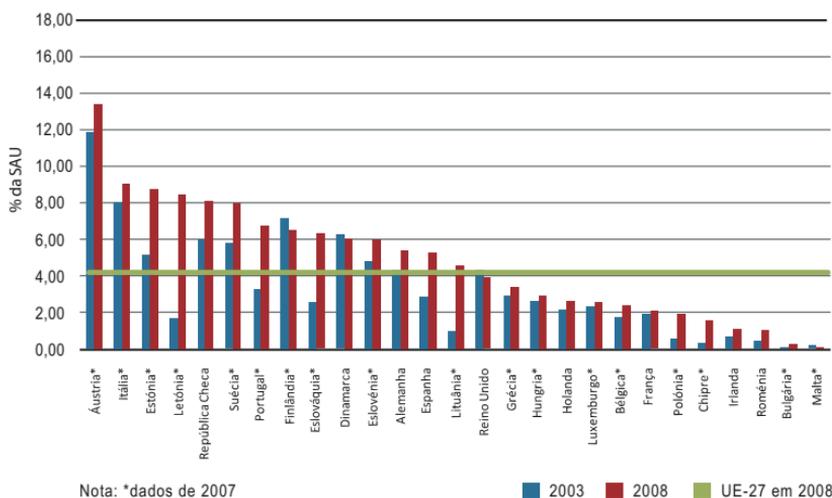
- A área em Modo de Produção Biológico (MPB) representa 7% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em Portugal continental, sendo a região do Alentejo responsável por cerca de 60% da área total do Continente, logo seguida pela Beira Interior com 24%;
- As culturas que dominam o panorama da agricultura biológica são as pastagens/forragens do Alentejo, Ribatejo e Oeste, Entre Douro e Minho, e Beira Interior e Algarve. Já na Beira Litoral predomina a vinha e em Trás-os-Montes o olival;
- Em relação à produção animal em MPB ocorreu um aumento de 12% em 2007 face a 2006, e o número de produtores passou de 616 para 786 em 2007, o que configura um aumento de cerca de 28%;
- A nível europeu a área de agricultura biológica relativamente à SAU atingiu os 4,1%, em 2008, apresentando uma ligeira tendência de crescimento em relação ao ano anterior, sendo que Portugal ocupa o 7º lugar no conjunto da UE-27, bastante acima da média.

Evolução da área em modo de produção biológico e dos operadores em Portugal continental - produção vegetal



Fonte: GPP, 2009; INE, 2007

Evolução da agricultura biológica em relação à SAU, na UE-27, entre 2003 e 2008



Fonte: FIBL, 2009

mais informação:

<http://www.gpp.min-agricultura.pt>
<http://www.dgadr.min-agricultura.pt>
<http://www.proder.pt>
http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm
http://ec.europa.eu/agriculture/organic/home_pt
<http://www.eea.europa.eu/themes/agriculture>

Produção de resíduos

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

RESÍDUOS

Objectivos da ENDS 2015

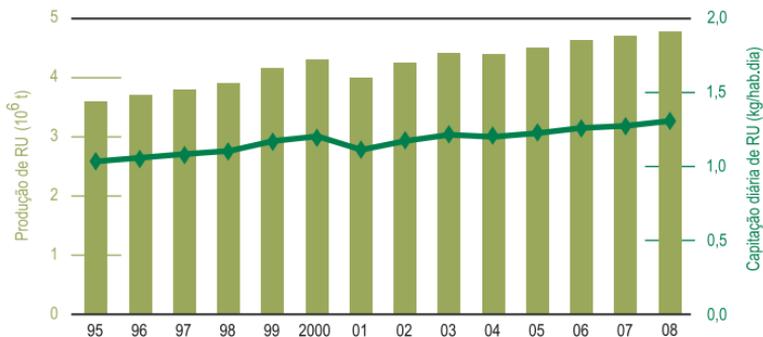
3.º

Objectivos e metas

O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II) estabelece como meta para 2016 valores de produção anuais de resíduos urbanos na ordem dos 4,937 milhões de toneladas.

- Em 2008 produziram-se, no nosso País, cerca de 5,059 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU), valor superior à meta estabelecida pelo PERSU II para o mesmo ano (4,993 milhões de toneladas);
- No Continente a produção de RU atingiu, em 2008, 4,787 milhões de toneladas, o que equivale a cerca de 1,3 kg por habitante por dia, valor abaixo da capitação média europeia;
- Em 2007, a capitação média da UE-27 foi de 522 kg/habitante e Portugal encontrava-se em 11º lugar no *ranking* europeu. No mesmo ano, o País que apresentou maior capitação anual foi a Dinamarca (801 kg/habitante), tendo-se registado a menor capitação na República Checa (294 kg/habitante).

Produção e captação diária de resíduos urbanos em Portugal continental



Fonte: APA, 2009

Captação anual de resíduos urbanos na UE-27, em 2007



Fonte: APA, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/waste>

<http://www.eea.europa.eu/themes/waste>

Produção e consumo de energia primária

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

AMBIENTAL/ECONÓMICA

ENERGIA

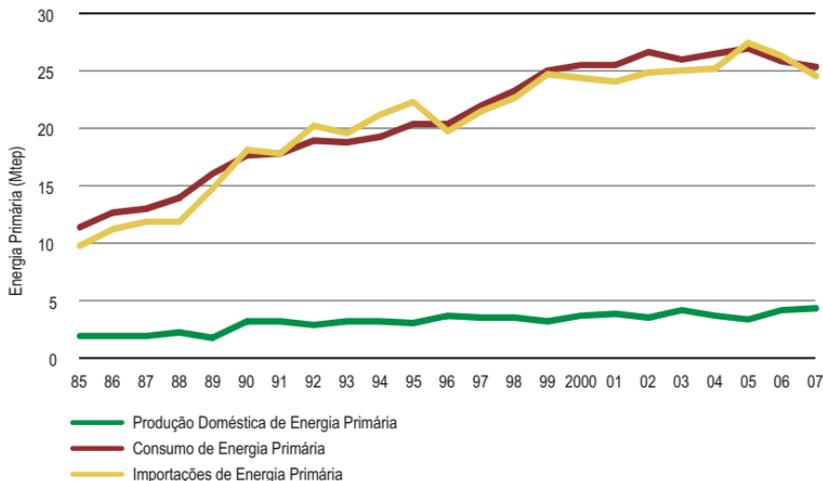
2.º

Objectivos e metas

Na Estratégia Nacional para a Energia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro) o Governo comprometeu-se a reduzir a dependência energética face ao exterior, aumentando a capacidade de produção endógena.

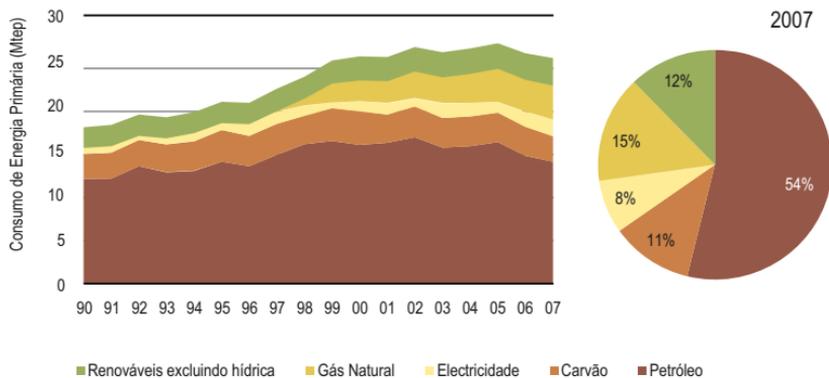
- Portugal é um País pobre em recursos energéticos de origem fóssil, o que conduz a uma elevada dependência energética do exterior (cerca de 83% em 2007), com valores de importação de energia primária na ordem dos 97% em 2007;
- No entanto, apresenta um elevado potencial de energias renováveis; actualmente a produção doméstica de energia primária baseia-se exclusivamente em fontes de energia renováveis (FER). Em 2007 o peso das FER no total da energia primária consumida foi de 17,3%, valor superior ao verificado em 2006 (16,3%);
- Tem-se vindo a assistir a uma ligeira tendência de aumento da produção de energia; a energia primária produzida foi, em 2007, 21% superior aos valores de 1998;
- O ano de 2007 apresentou uma quebra de cerca de 10%, tanto no consumo, como nas importações de energia primária, face a 2005;
- Em relação aos valores de 1990, em 2007 o consumo de energia primária aumentou 44% (independentemente da fonte de energia considerada).

Produção doméstica, importação e consumo de energia primária



Fonte: DGEG, 2009

Consumo de energia primária, por fonte



Fonte: DGEG, 2009

mais informação:

<http://www.dgge.pt>

http://ec.europa.eu/energy/index_en.htm

Produtividade do trabalho

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

Tema(s)

ECONOMIA

Objectivos da ENDS 2015

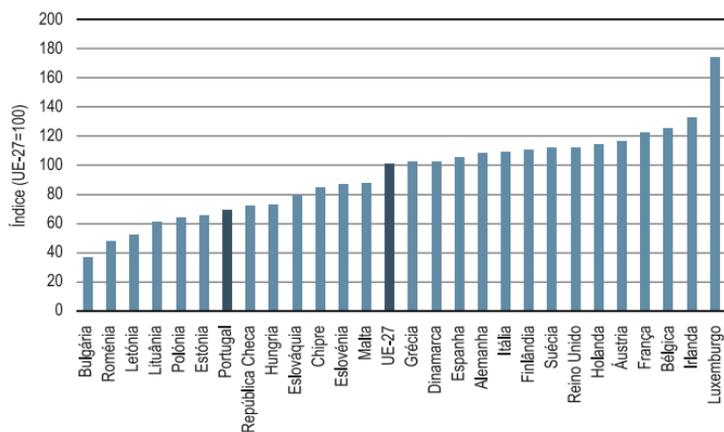
2.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. No entanto, é necessário executar políticas de emprego para atingir o pleno emprego, melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e reforçar a coesão social e territorial.

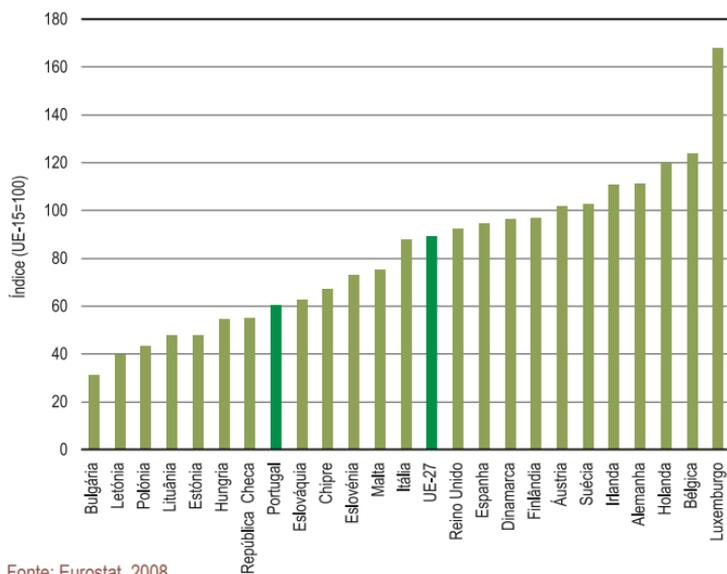
- Em Portugal a produtividade do trabalho em 2008, tanto por pessoa empregada como por hora trabalhada, foi inferior à média da UE-27;
- No referido ano, o nosso País apresentava um dos mais baixos valores de produtividade por pessoa empregada (cerca de 71% do valor da UE-27);
- Relativamente à produtividade por hora trabalhada, esta atingiu, em 2007, cerca de 60% da média da UE-15;
- No contexto europeu, o País que apresenta uma maior produtividade de trabalho é o Luxemburgo, destacando-se dos restantes países.

Produtividade do trabalho por pessoa empregada (PIB por pessoa empregada), em 2008



Fonte: Eurostat, 2009

Produtividade horária do trabalho (PIB por hora trabalhada), em 2007



Fonte: Eurostat, 2008

mais informação:

<http://www.gee.min-economia.pt>

<http://www.gpearl.min-financas.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Produto Interno Bruto - PIB

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

Tema(s)

ECONOMIA

Objectivos da ENDS 2015

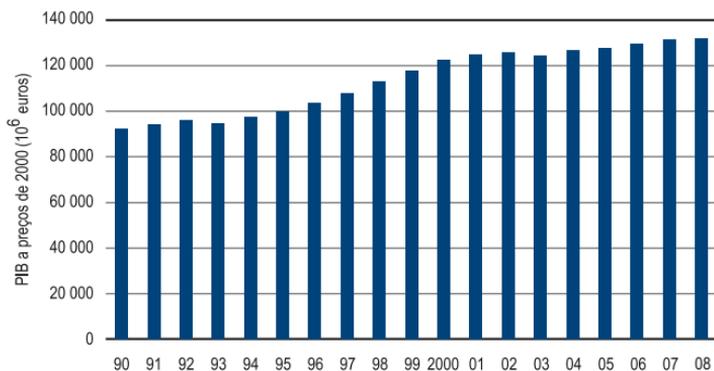
2.º

Objectivos e metas

O Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período 2005-2009, assume como um dos seus objectivos a adopção de uma trajectória de crescimento económico que permita retomar a convergência com a média europeia e alcançar um crescimento do PIB de 3%, em 2009.

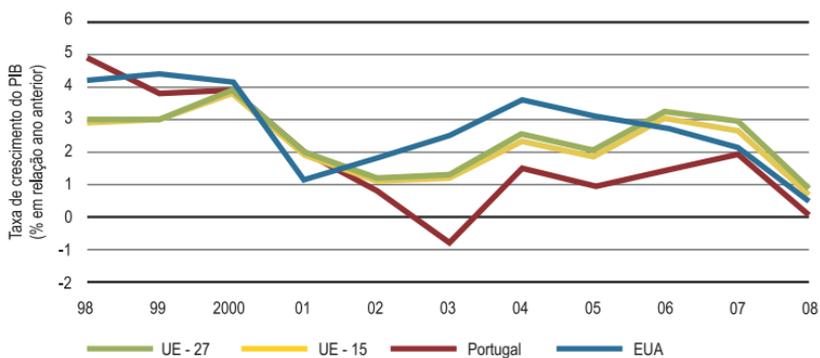
- A economia mundial desacelerou em 2008, invertendo a tendência verificada nos anos precedentes;
- Em Portugal também se registou esta tendência, sendo que o PIB *per capita*, a preços de 2000, se manteve igual ao ano precedente (cerca de 12 400 euros por habitante);
- Apesar de ter aumentado em valores reais, na primeira parte da década 1995-2005, Portugal registou, em termos relativos do PIB, uma perda de posição face à média da UE, sendo um dos países onde este indicador menos cresceu durante esse período;
- Em 2008 o PIB em Portugal era cerca de 75% do PIB médio da UE-27.

PIB a preços de 2000



Fonte: INE, 2009

Taxa de crescimento do PIB, em PPC, medido como percentagem em relação ao ano anterior



Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

<http://www.gee.min-economia.pt>

<http://www.portugal.gov.pt>

<http://www.estrategiadelisboa.pt>

Qualidade do ar

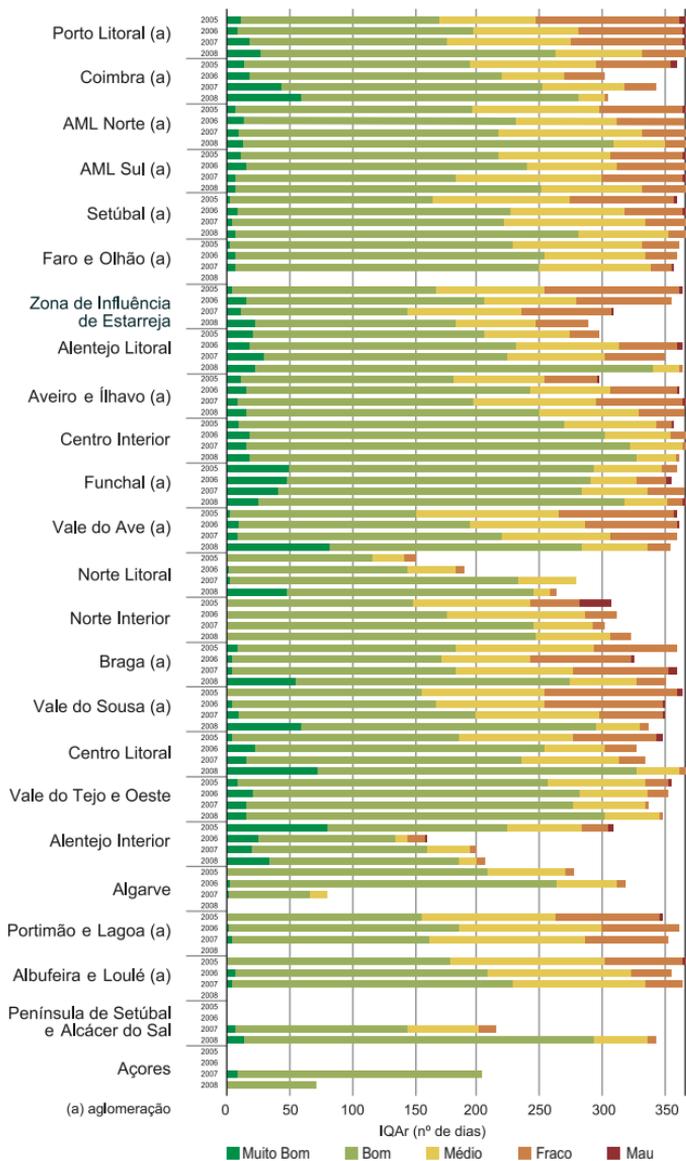
Dimensão do desenvolvimento sustentável	Tema(s)	Objectivos da ENDS 2015
AMBIENTAL	AR E CLIMA SAÚDE	3.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. O objectivo geral é avaliar a qualidade do ar ambiente em todo o território nacional, com especial incidência nos centros urbanos, bem como preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes.

- Em 2008, e à semelhança do verificado em anos anteriores, a classe predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQA) foi “Bom”;
- Comparativamente a 2007, o número de dias em que a qualidade do ar foi “Muito Boa” quase duplicou. Por outro lado, o número de dias em que a classificação foi “Média”, “Frac” ou “Má” diminuiu significativamente;
- Embora se tenham verificado melhorias no que respeita ao IQA, continuou a observar-se que em áreas urbanas com maior densidade populacional ou com alguma relevância industrial o número de dias em que o Índice se apresentou como “Médio”, “Frac” ou “Mau”, em 2008, foi ainda significativo;
- A análise histórica dos Índices das diversas Zonas de Portugal permite concluir que os poluentes responsáveis pelos Índices “Médio”, “Frac” e “Mau” foram as PM_{10} e o O_3 .

Evolução do número de dias incluídos em cada uma das classes do Índice de Qualidade do Ar, por Zonas e Aglomerações e por anos



Nota 1: Aglomeração - Zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250 000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50 000, sendo a densidade populacional superior a 500 hab./km². Zona - Área geográfica de características homogêneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional.

Nota 2: As estações da região do Algarve estiveram sem manutenção durante 2008, não existindo dados para esse ano.

Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa e Vale do Tejo, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2009

mais informação:

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.qualar.org>

<http://www.prevqualar.org>

Stocks pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança

Dimensão do desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

Tema(s)

AMBIENTES MARINHO E COSTEIRO
NATUREZA E BIODIVERSIDADE
PESCAS

Objectivos da ENDS 2015

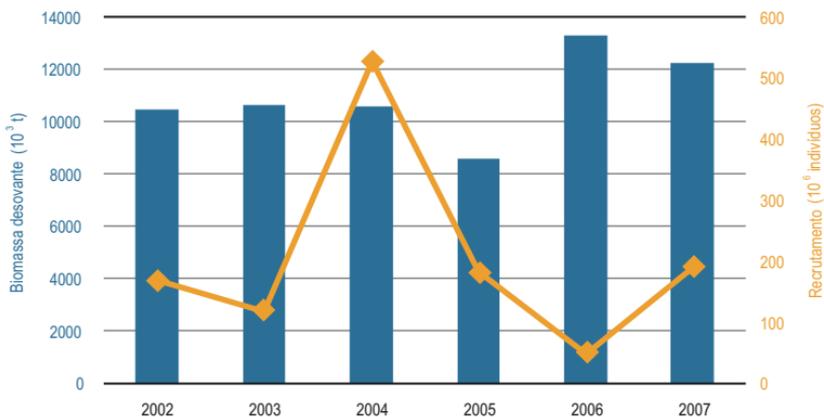
3.º

Objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Pretende-se, porém, que não sejam ultrapassados os limites biológicos de segurança para cada espécie piscícola, e que sejam respeitadas as quotas fixadas ao nível comunitário pela Política Comum de Pescas.

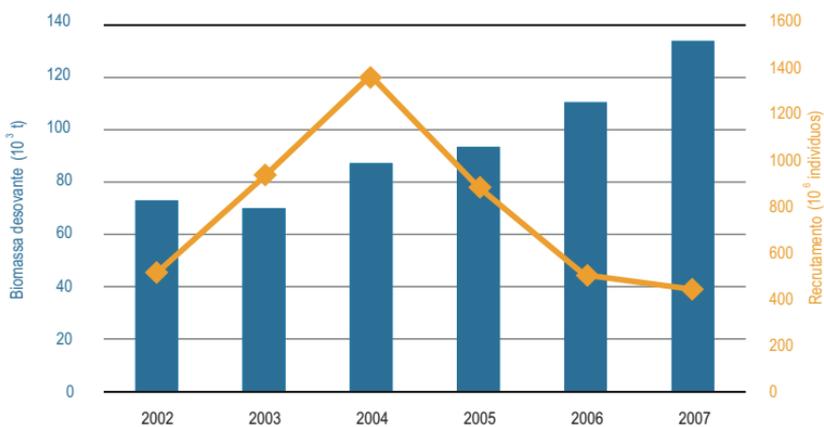
- Nos anos recentes, a exploração do carapau tem-se mantido estável e a da sardinha aumentou relativamente a 2006; contudo, as respectivas biomassas desovantes permanecem reduzidas relativamente aos limites históricos de segurança;
- Embora o desembarque de sardinha tenha vindo a diminuir desde 1981, em 2004 o *stock* desta espécie alcançou o valor máximo de recrutamento (12 393 milhões de indivíduos) que contribuiu para uma biomassa desovante de 570 mil toneladas em 2006. No entanto, a abundância de sardinha em algumas áreas continua a ser baixa quando comparada com os valores atingidos em meados da década de 80;
- À semelhança da sardinha, o *stock* de carapau alcançou o nível máximo de recrutamento, com 1 360 milhões de indivíduos, em 2004, tendo esse valor vindo a decrescer desde então, ao contrário do registado com a biomassa desovante que apresenta uma tendência crescente, alcançando, em 2007, 132 mil toneladas.

Evolução da biomassa desovante e recrutamento de sardinha



Fonte: INE, 2009

Evolução da biomassa desovante e recrutamento de carapau



Fonte: INE, 2009

mais informação:

<http://ipimar-iniap.ipimar.pt>

<http://www.dgpa.min-agricultura.pt/>

<http://www.ices.dk>

http://ec.europa.eu/fisheries/index_en.htm

Taxa de desemprego

Dimensão do desenvolvimento sustentável

SOCIAL

Tema(s)

**COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
EMPREGO**

Objectivos da ENDS 2015

4.º

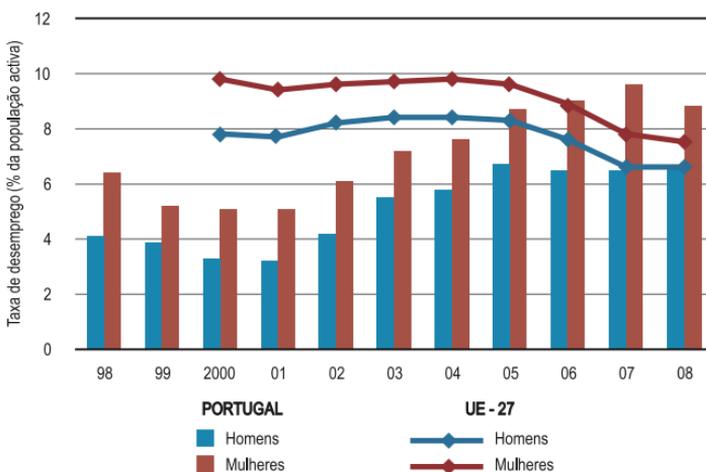
Objectivos e metas

O Tratado de Amesterdão prevê a prossecução de uma Estratégia Europeia com vista ao Pleno Emprego.

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) 2005-2008 prevê garantir que, anualmente, pelo menos 25% dos desempregados de longa duração deverão participar numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade, até 2010.

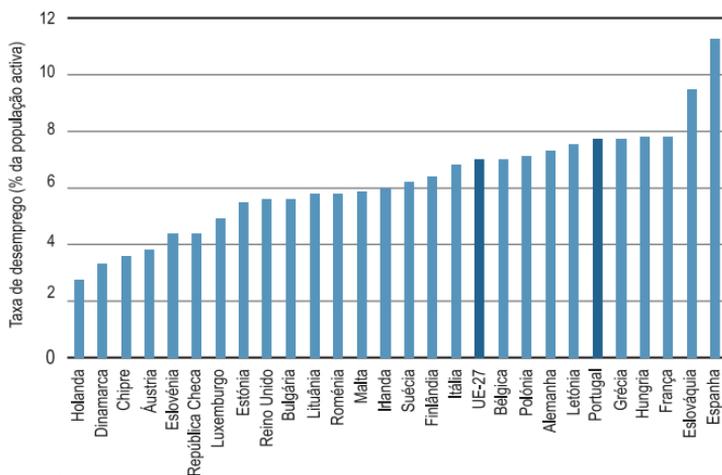
- Em Portugal a taxa média de desemprego alcançou os 8,0%, em 2007, valor mais alto desde 1998; em 2008 esta taxa evidenciou um recuo de -0,4% face ao ano anterior;
- Neste ano a taxa de desemprego situou-se acima da média da UE-27 (7,0%), sendo Portugal o 6º País mais afectado por este problema;
- As mulheres são as mais atingidas pelo fenómeno do desemprego, quer em Portugal (8,8% em 2008), quer nos restantes Estados-membros da UE;
- Continuam a registar-se diferenças regionais significativas no que diz respeito a este indicador, tendo o Alentejo registado a taxa de desemprego mais elevada (9,0%) e a região Centro e a Região Autónoma dos Açores as taxas mais baixas (5,4%);
- Em termos de desemprego de longa duração (12 ou mais meses), Portugal registou uma taxa de 3,7% em 2008, valor superior à média da UE-27 (2,6%). Em Portugal esta taxa aumentou cerca de 65% face aos valores de 1998.

Taxa de desemprego por sexo em Portugal e na UE-27



Fonte: INE, 2009; Eurostat, 2009

Taxa de desemprego em 2008, na UE-27



Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.gep.mtss.gov.pt>

<http://www.emprego2009.gov.pt>

<http://www.estrategiadelisboa.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=81&langId=e>

Taxa de emprego

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

Tema(s)

EMPREGO

Objectivos da ENDS 2015

2.º; 4.º

Objectivos e metas

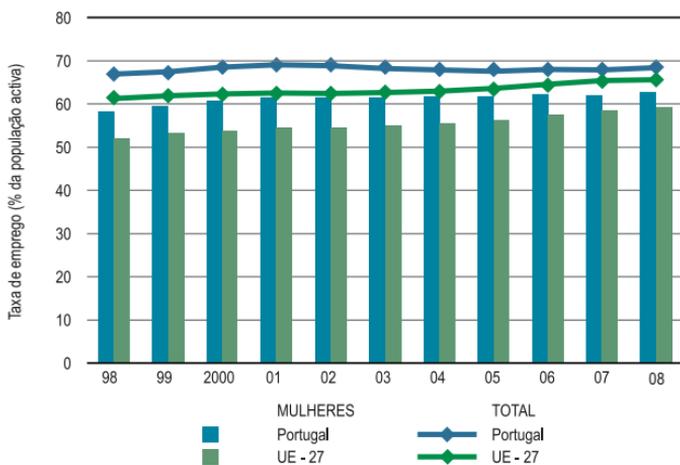
O Plano Nacional de Emprego (2005-2008) definia as seguintes metas: (i) aumentar a taxa de emprego global de 67,8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010; (ii) aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61,7% em 2004, para 63% em 2008; e (iii) manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

Em 2008 foi preparado um novo Plano Nacional de Emprego, integrado no Plano Nacional de Reformas, para o período 2008-2010.

Já em 2009, o Governo português lançou a “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”, que inclui diversas medidas para dinamizar a economia e o emprego a nível nacional.

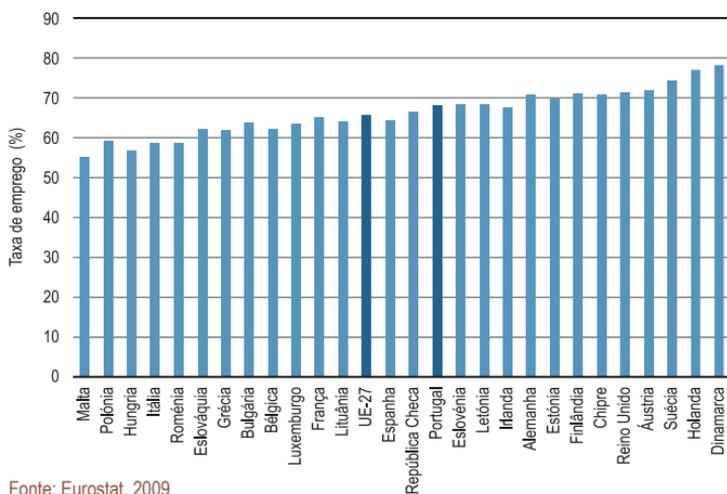
- Em Portugal, a taxa de emprego (15-64 anos) atingiu, em 2008, os 68,2%, valor superior à média europeia (65,9%);
- Nesse ano, a taxa de emprego feminina foi de 62,5% e 59,1% em Portugal e na UE-27, respectivamente;
- A taxa de emprego dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos diminuiu de 42,6%, em 2001, para 34,7%, em 2008;
- A taxa de emprego específica dos trabalhadores dos 55 aos 64 anos constitui um dos indicadores estruturais definidos pela Comissão Europeia. Em Portugal, esta taxa tem-se situado nos 50% da população da mesma faixa etária (50,8% em 2008) e, portanto, superior à média europeia (45,6%);
- Em termos de distribuição geográfica continuaram a observar-se em 2008 diferenças significativas nos níveis das taxas de emprego, tendo a região Centro registado a taxa mais elevada (63%) e o Alentejo a taxa mais baixa (50,6%).

Taxa de emprego, total e feminino, em Portugal e na UE-27



Fonte: INE, 2009; Eurostat, 2009

Taxa de emprego em 2008, na UE-27



Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.gep.mtss.gov.pt>

<http://www.emprego2009.gov.pt>

<http://www.estrategiadelisboa.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=81&langId=e>

Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC

Dimensão do desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA/SOCIAL

Tema(s)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Objectivos da ENDS 2015

1.º

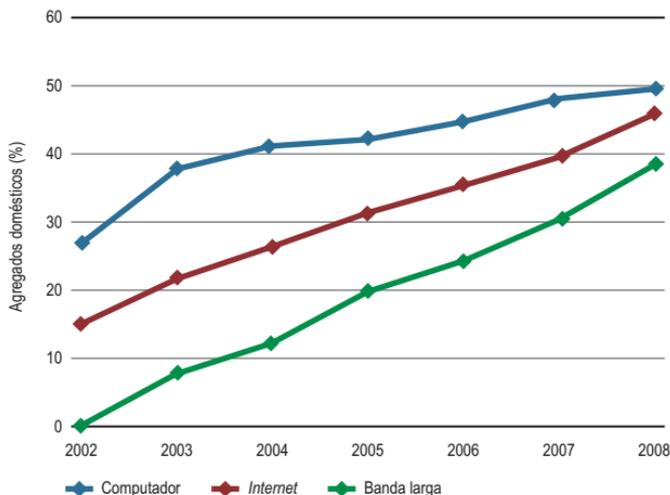
Objectivos e metas

O Programa “Ligar Portugal” (integrado no Plano Tecnológico) pretende, até 2010:

- assegurar a disponibilização *online* de todos os serviços públicos;
- o acesso à *Internet* em banda larga em 50% dos agregados familiares;
- a utilização regular da *Internet*, que deverá atingir 60% da população portuguesa;
- a proporção média, nas escolas, de um computador por cada 5 estudantes; e,
- aumentar a percentagem de trabalhadores que utilizam computadores ligados à *Internet*, no emprego, para pelo menos 40%.

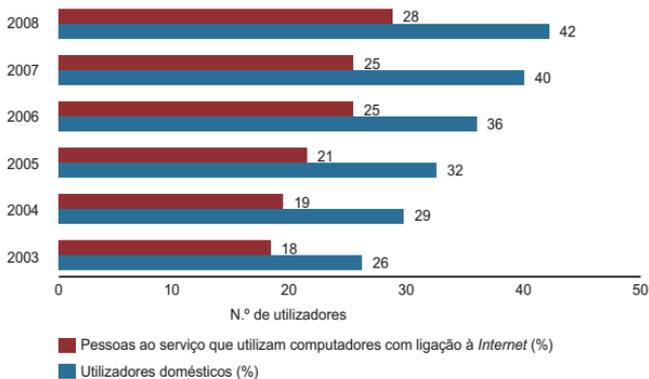
- Em 2008, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) encontravam-se generalizadas em todos os sectores da Administração Pública, sendo que todos os organismos da Administração Pública Central dispunham de ligação à *Internet* (93% em banda larga);
- Também ao nível dos cidadãos o uso das TIC tem vindo a crescer regularmente. Desde 2005 que o acesso dos agregados domésticos a computador, *Internet* e banda larga tem vindo a crescer gradualmente, tendo em 2008 alcançado os 50%, 46% e 39%, respectivamente;
- Nos últimos anos tem-se registado, igualmente, uma tendência crescente no uso regular da *Internet* pela população portuguesa, quer a nível doméstico (42% em 2008), quer a nível empresarial, onde a *Internet* foi utilizada por 28% dos trabalhadores em 2008.

Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos



Fonte: INE/UMIC, 2008

Utilizadores de Internet (domésticos e nas empresas)



Fonte: INE/UMIC, 2008

mais informação:

<http://www.ine.pt>

<http://www.umic.pt>

<http://www.planotecnologico.pt>

<http://www.ligarportugal.pt>

http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/index_en.htm

Volume de transportes de passageiros e de mercadorias

Dimensão do desenvolvimento sustentável

Tema(s)

Objectivos da ENDS 2015

ECONÓMICA

TRANSPORTES

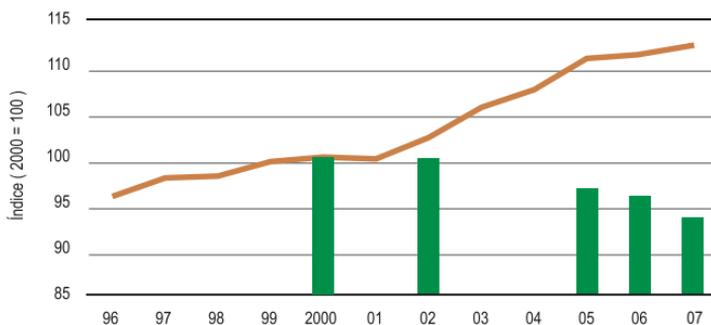
2.º

Objectivos e metas

O objectivo da Política Comum de Transporte da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

- Em Portugal o volume de transporte de passageiros e mercadorias tem vindo a crescer nos últimos anos a um ritmo superior ao crescimento do PIB, ultrapassando a média da UE-27;
- O automóvel continua a ser o meio de transporte de passageiros mais utilizado, embora se verifique um aumento relativo no uso do transporte aéreo como meio de deslocação, desde 2002;
- O transporte rodoviário de mercadorias é o mais comumente utilizado, seguido pelo meio marítimo e ferroviário.

Volume de transportes de passageiros por unidade de PIB

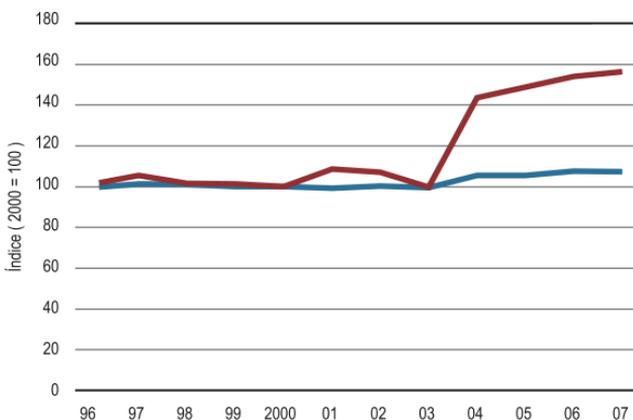


Nota: Dados estimados pelo Eurostat.

Portugal UE-27

Fonte: Eurostat, 2009

Volume de transportes de mercadorias por unidade de PIB



Nota: UE-27 – Dados estimados pelo Eurostat; Portugal – Quebra da série em 2004 devido à alteração metodológica do inquérito de transporte rodoviário de mercadorias de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1172/98 do Conselho.

Portugal UE-27

Fonte: Eurostat, 2009

mais informação:

<http://gperi.moptc.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

http://ec.europa.eu/transport/index_en.htm

OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENDS 2015

- 1.º Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
- 2.º Crescimento sustentado e competitividade à escala global e eficiência energética;
- 3.º Melhor ambiente e valorização do património natural;
- 4.º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
- 5.º Melhor conectividade internacional do País e valorização equilibrada do território;
- 6.º Papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
- 7.º Administração Pública mais eficiente e modernizada.

ACRÓNIMOS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CH ₄	Metano
CME	Consumo de Materiais pela Economia
CO ₂	Dióxido de carbono
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DRA	Direcção Regional de Ambiente
EEA	<i>European Environment Agency</i>
EMAS	<i>Eco Management Audit Scheme</i>
ENDS 2015	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
FER	Fontes de Energia Renováveis
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GPLP	Gabinete de Política Legislativa e Planeamento
I&D	Investigação e Desenvolvimento
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IQAr	Índice de Qualidade do Ar
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
N ₂ O	Óxido nitroso
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos na União Europeia
O ₃	Ozono troposférico
PIB	Produto Interno Bruto
PM ₁₀	<i>Particulate Matter</i> (partículas) com diâmetro inferior a 10µm
PNACE	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
PNAPRI	Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais
PPC	Paridades de Poder de Compra
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RI	Resíduos Industriais
RIP	Resíduos Industriais Perigosos
RU	Resíduos Urbanos
UE	União Europeia
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>



Rua da Murgeira, 9/9A - Zambujal
2611-865 Amadora
e-mail: geral@apambiente.pt
www.apambiente.pt